RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

CURITIBA
Abril/2017

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Rua Dep. Mário de Barros, 1290 | 1º andar | CEP 80530.913 | Caixa Postal 15079 | Curitiba | Paraná
Fone [41] 3350-3300 | Fax [41] 3353-3300 | www.paranacidade.org.br | paranacidade@paranacidade.org.br

RELATÓRIO OPERACIONAL DO CONTRATO DE GESTÃO

Governo do Estado do Paraná
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Exercício de 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, prestação de contas anual a que esta Entidade está obrigada, nos termos do art.19 da Lei 15.211/2006.

I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Superintendente do PARANACIDADE
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR

MEMBROS NATOS

Secretário de Estado da Fazenda
MAURO RICARDO MACHADO COSTA- **Presidente**

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
CYLLÊNEO PESSOA PEREIRA JUNIOR

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
ANTONIO CARLOS BONETTI

MEMBROS EFETIVOS

Representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná
DARCI PIANA

Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, Dep.do Paraná
CLAUDIA CRISTINA TABORDA LOBO

Representante da Federação das Indústrias do Paraná
HELIO BAMPI

Representante do Instituto de Engenharia do Paraná
GILBERTO PIVA

II - DIRETORIA EXECUTIVA

Superintendente
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR

Superintendente Executivo
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor de Administração e Finanças
CLAUDIO STABILE

Diretor de Operações
ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR

III – CARTA DO SUPERINTENDENTE

Curitiba, abril de 2017.

Ao
Conselho de Administração do
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Nesta.

Senhores Conselheiros,

As atividades e ações desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2016 foram estabelecidas no Plano de Ação Estratégica, aprovado na 142ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 06/12/2016.

Em atendimento ao disposto na Lei 15.211/2006, apresentamos à consideração dos Senhores membros do Conselho de Administração, o Relatório Operacional do Contrato de Gestão, firmado com o Governo do Estado do Paraná, relativo ao Exercício de 2016.

Este Relatório de forma consubstanciada apresenta as ações e atividades do PARANACIDADE em 2016 e também, as Demonstrações Contábeis do exercício com suas peças complementares, além do parecer técnico emitido pela empresa de auditoria externa MELO E MELO AUDITORES INDEPENDENTES.

Atenciosamente,

Carlos Roberto Massa Junior
Ratinho Junior
Superintendente do PARANACIDADE

IV - SUMÁRIO

I	**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**----------	03
II	**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA** ----------	03
III	**CARTA DO SUPERINTENDENTE** ----------	04
IV	**SUMARIO** ----------	05
V	**APRESENTAÇÃO**----------	06
VI	**RELATÓRIO OPERACIONAL – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** ----------	07
VII	**RELATÓRIO OPERACIONAL– DIRETORIA DE OPERAÇÕES** ----------	32
VIII	**ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS** ----------	50

- Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE ---------- 52
- Demonstrativos Orçamentários FDU ---------- 58
- Demonstrativo Gerencial dos Fluxos de Caixa---------- 64
- Demonstrações Contábeis ---------- 67
- Parecer da Auditoria Externa ---------- 89

IX ANEXO(S)

- Deliberação do Conselho de Administração

V - APRESENTAÇÃO

O presente Relatório apresenta as ações e atividades desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2016 atendendo as diretrizes expressas no Contrato de Gestão que a Entidade mantém com o Governo do Estado, aos objetivos estabelecidos em seu Estatuto, além daquelas contempladas pelo Plano de Ação Estratégica para o exercício e outras aprovadas pelo Conselho de Administração em suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

São agrupadas neste Relatório, em blocos de informações distintas, aquelas ações e atividades que se referem às Diretorias de Administração e Finanças e de Operações acompanhadas da avaliação de desempenho, obtida a partir do resultado dos indicadores de desempenho até dezembro de 2016 e em destaque, todas as relativas aos aspectos contábeis e financeiros.

A Prestação de Contas Anual do PARANACIDADE, apresentada no Capítulo Aspectos Orçamentários, Contábeis e Financeiros é consubstanciada com parecer da empresa de auditoria externa MELO E MELO AUDITORES INDEPENDENTES.

VI - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. Objetivo:
Adequação do Quadro de Pessoal às necessidades do PARANACIDADE.

Ação:
Estabelecer a quantidade quali quantitativa de recursos humanos da Entidade a fim de atender a crescente demanda dos clientes.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Realização de certame seletivo para suprir as atuais necessidades de pessoal.	Prorrogado para 2016	- Montagem do processo de dispensa para contratação da Entidade para realização do Certame. - Contratados 08 empregados; e 150 passaram a constituir o cadastro reserva sendo: 72 de nível médio e 78 de nível superior.	-	Sim	-	-

2. Objetivo:
Desenvolver política de Recursos Humanos, compatível com as necessidades da organização e do seu quadro funcional.

Ação:
Levantamentos e pesquisas de clima organizacional e de atuação funcional, identificando aspectos e situações que mereçam atenção e medidas especiais.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
-Negociar, com o Sindicato representativo da categoria o Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de junho/ 2015 a maio/2016.	-Conclusão do Acordo.	- Houve acordo, sendo aprovado o percentual de 9,82%.	-	Sim	-	-
- Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de junho/ 2013 a maio/2014.	- Decisão do TRT (Ação proposta pelo Sindicato)	- De acordo com a decisão do TRT foi concedido o pagamento de 1,72% a partir de julho/2015, em complemento ao percentual dado em junho/2014. O pagamento da diferença no período entre Junho/2014 a Junho/2015 encontra-se em aberto aguardando decisão do TRT. Realizado o cumprimento na integra da decisão do TRT para o pagamento.	-	Sim	-	-
- Alterações no Plano de Cargos, Salários e Benefícios, com vistas a simplificar e tornar menos oneroso para a Entidade, a aplicação da sistemática de avaliação de desempenho e competências.	- Entrega pela Consultoria, das propostas para as mudanças em 13/09/2016. -Implementação 2016/2017.	-Aprovada as alterações pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração em setembro e dezembro de 2016, respectivamente. Tais alterações serão ainda homologadas pelo Governador do Estado.	7.600,00	-	Sim	-

3. Objetivo:
Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:
Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Identificar clientela e possibilitar o treinamento demandado – programa de qualificação e treinamento.	[1]Elaboração do Programa e divulgação.	[2]Treinados/qualificados 05 empregados. Treinados/qualificados 04 empregados sem custo. - Retomada de Programa de Capacitação Interna por Grupo de Trabalho: GT – Capacitação Interna.	15.783,72. - -	Sim - -	- - Sim	- - -

Nota 1: Em decorrência da falta de verba, a Diretoria Executiva suspendeu o Programa de Qualificação e Treinamento a partir de 27/11/2013, não prejudicando os treinamentos em andamento e aqueles necessários ao desenvolvimento das ações do PARANACIDADE.

4. Objetivo:
Equipar a Sede e os Escritórios Regionais com móveis, equipamentos de escritório, veículos e instalações físicas compatíveis com as necessidades do PARANACIDADE.

Ação:
Implementar apólice de seguros dos bens e equipamentos da entidade, adquirir novo sistema de controle físico de bens patrimoniais e propiciar quando necessário, a manutenção e reforma das instalações dos Escritórios Regionais.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Instituir apólices de seguro contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos do PARANACIDADE, tanto nos Escritórios Regionais quanto na Sede, inclusive veículos.	Instituição de apólice para 06 imóveis, contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos e apólice para a frota do PARANACI-DADE.	Renovada apólice para 06 imóveis e para 30 veículos.	8.299,98 (imóveis) 17.345,00 (veiculos)	Sim	-	-
Aquisição de um sistema de Controle Físico de Bens Patrimoniais com Chip de Rastreamento.	Adquirir e implantar em 2016.	Adquirido e a implantação findara no início de 2017.	5.420,45	Sim	-	-
Reforma e manutenção dos E/R de Cascavel e de Maringá.	E/R Cascavel: reparos na cobertura, troca de esquadrias, vidros e outros serviços. E/R Maringá: reparos e outros serviços na cobertura.	Reforma concluída. Reforma concluída.	98.736,12 72.488,53	Sim	-	-

5. Objetivo:
Implantação e atualização de Normas de Gestão e de Procedimentos do PARANACIDADE.

Ação:
Instituir Normas de Gestão e/ou de Procedimentos com a finalidade de estabelecer ações uniformes em toda organização, sempre que o assunto assim o recomende.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Revisões, atualizações e implantações.	Revisão de todas as normas internas/atualização.	- Pendente 01 Norma de Gestão e as adequações do Código de Conduta. - Emitidas 02 Instruções Normativas referente aos seguintes assuntos: a) documentação para pagamentos de medições anteriores ao período eleitoral; b) regras sobre a utilização dos recursos do “fundo rotativo”.	-	-	Sim	-

6. Objetivo:
Fixação da imagem do PARANACIDADE.

Ação:
Promover e participar de eventos e missões relevantes visando divulgar e fixar a imagem da instituição como centro de referência na sua área de atuação.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Planejamento, definição e implantação de estratégias de divulgação da empresa junto a organismos governamentais, levando-os a conhecer a experiência e o *Know-how* do PARANACIDADE para futuros acordos de cooperação técnica.	-	- Recebimento no PARANACIDADE de representantes da Direção Nacional de Administração Local de Estado (DNAL), do Ministério da Administração do Território da República de Angola, para troca de experiências em relação aos Conselhos de Desenvolvimento Urbano dos municípios e obtenção de mais conhecimento sobre os Planos Diretores, em Fev./2016. - Participação no Samrt City Business America Congress & Expo 2016, evento latino-americano para promoção do desenvolvimento sustentável das cidades, em Març./2016. - Recebimento de comitiva de empresários coreanos, com apresentação de projetos que visam o desenvolvimento das cidades, Abril/2016. - Viagem do Superintendente à Seul, na Coréia do Sul, para visitação a empresas de lâmpadas de LED, resíduos sólidos e mobilidade urbana para novas parcerias, Maio/2016.	-	Sim	-	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
	-	- Viagem do Superintendente à Seul, na Coréia do Sul, para visitação a empresas de lâmpadas de LED, resíduos sólidos e mobilidade urbana para novas parcerias, Maio/2016. - Premiação do Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo, em São Paulo, Prêmio: *MundoGEO#Connect,* onde concorreu com mais de 100 projetos e programas de toda a América Latina, Maio/2016. - Participação do Superintendente na Conferência de Infraestruturas Inteligentes, em Barcelona, na Espanha, com participação em mesas redondas sobre discussões a respeito da mobilidade e desenvolvimento urbanos e defesa civil, Maio/2016. - Participação do Superintendente Executivo, na Feira Internacional de Água e Resíduos Líquidos, Sólidos e Reciclagem, em Munique, na Alemanha, para mostrar o que é feito no Paraná e ainda trazer novas tecnologias para o Estado, Maio/2016.	-	Sim	-	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
	-	- Recebimento de representantes do Governo de Israel, para confirmação de intercâmbio de experiências sobre desenvolvimento urbano, para ampliar conhecimentos na área, Junho/2016. - Recebimento do Embaixador do Panamá e comitiva, sobre a intenção de parcerias de desenvolvimento macro, em temas relacionados à infraestrutura urbana, Julho/2016. -Confirmação da participação do PARANACIDADE no Programa Pacto Global da ONU, firmado através de assinatura de Memorando de Entendimento, Out./2016.	-	Sim	-	-

07. Objetivo:
Adequação do arquivo técnico e documental, tanto do extinto FAMEPAR quanto do PARANACIDADE.

Ação:
Procedimentos relativos à guarda de toda documentação legal e técnica.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Arquivamento dos documentos relativos ao PARANACIDADE.	Análise, classificação, arquivamento, digitalização e eliminação da documentação, sob a orientação do DEAP.	Analisadas 220 caixas de arquivo morto, dentre estas eliminadas 200.	-	-	Sim	-

08. Objetivo:
Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:
Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Reestruturação dos Sistemas de Informações, principalmente o SAM para adequá-lo às novas demandas da Entidade.	-Implementação Reforma Modulo Viabilidade Financeira.	-Desenvolvido e implementado 100% em 2016.	[1]392.445,82	Sim	-	-
	-Implementação de ajuste e novas funcionalidades para melhorar o controle dos convênios no sistema SAM.	-Levantamento de informações e montagem da documentação com proposta para o novo módulo; executado em 2016 25%.		-	Sim	-
	- Implementação de ajuste e novas funcionalidades para melhorar o controle dos Pedidos de Liberação.	- Desenvolvido e implementado. Ficou alguns ajustes de modificação solicitado pelos usuários. Executado em 2016, 95%.		-	Sim	-

Nota 1: O valor apresentado é referente ao contrato com a empresa Esfera Informática, que prevê horas de desenvolvimento. O montante pago em 2016 é referente a tudo que foi desenvolvido, corrigido e dado suporte técnico ao sistema SAM.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Implantação de Sistema para registro e controle de atividades – com acesso via web. Processo de aquisição, implantação e treinamento dos usuários.	Avaliar custo benefício das alternativas existentes no mercado. Aquisição da solução.	Ações integradas a ferramenta de BPM, descrita logo abaixo.	-	-	-	-
Integração entre os módulos do sistema TOTVS	Integrar os módulos de RH, Financeiro, Contabilidade e Patrimônio, para que as informações tramitadas entre esses sistemas sejam automatizadas, evitando retrabalho entre os setores.	Integração concluída, restando apenas o habilitar o módulo compras na base de produção, o qual já foi configurado e parametrizado. Executado em 2016, 90%.	40.129,80	-	Sim	-
Mapeamento de processos empréstimos, com implementação na ferramenta BPM.	Mapear todos os processos do PARANACIDADE, referente aos empréstimos, documentando e implementando na ferramenta de BPM. Criar indicadores de acompanhamento visando a melhoria da performance do processo.	Mapeamento realizado e implementar na ferramenta, em fase de homologação, entrará em Produção em 2017. Executado em 2016, 90%.	37.726,50	-	Sim	-
Aquisição de licenciamento Microsoft para: Pacote Office, Windows Desktop, Windows Server, Banco de Dados e sistema de gerenciamento.	Aquisição das licenças Microsoft para atualização e utilização nas estações de trabalho e servidores.	Aquisição concluída e implementação se dará em 2017. Executado em 2016, 50%.	874.165,20	-	Sim	-
Aquisição de novos nobreaks para as regionais do PARANACIDADE.	Em substituição aos atuais (possuem mais de 12 anos de uso).	Desenvolvido e implementado 100% em 2016.	238.800,00	Sim	-	-

09. Objetivo:
Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:
Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a Entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Implementação de ações relativas aos 20 anos da instituição do PARANACIDADE.	Produção em papel *foan* de fotos; depoimentos; e histórico das logomarcas.	Produzidos um total de 05.	390,00	Sim	-	-
	Produçao de *botons* com referencia aos 20 anos.	Produzidos e distribuidos.	680,00	Sim	-	-
	Reunião de documentos/fotos/ videos e trabalhos produzidos pelo PARANACIDADE nos ultimos 20 anos, para realização de exposição nas suas proprias dependencias.	- A Exposição ocorre em Curitiba, Escritorios Regionais de Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringa e Cascavel.	-	-	Sim	-
Produção de manual de orientações aos agentes públicos municipais sobre o funcionamento do Sistema de Financiamento aos Municípios (da adesão ao Sistema até o monitoramento dos resultados).	-	Produzidos 2.000 e distribuidos.	2.050,00	Sim	-	-

10. Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:
Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Acordos de Cooperação Técnica e Termos de Convênio, com entidades e/ou organizações nacionais e internacionais, que possibilitem realizar os seus objetivos institucionais e cumprir as suas funções, atendidas as exigências do Contrato de Gestão firmado com o Estado.	-	a) Celebrado Termo Aditivo ao Contrato de Gestão com o Governo do Estado, em agosto de 2016. b) Termo de Cooperação Tecnica com a ABCP-Associação Brasileira de Cimento Portland, para a implementação de projetos de pesquisa , inovações tecnologicas, capacitação e aprimoramento dos tecnicos do PARANACIDADE e Municipios.Outubro/2016.	-	Sim	-	-

11. Objetivo:
Auditagem, por empresas de auditoria externa, das demonstrações financeiras do PARANACIDADE.

Ação:
Andamento dos trabalhos da empresa de auditoria externa contratada, como aprovado pelo Conselho de Administração.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Proceder à auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016.	**a)** Contratação da empresa de Auditoria. **b)** O Parecer conclusivo da auditoria, esta previsto em contrato para fev./2017.			Sim	-	-

12. Objetivo:
Exercer a normatização, o controle e deliberar sobre as atividades e ações do PARANACIDADE. Supervisionar e coordenar as operações da Entidade.

Ação:
Efetivação de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, bem como da Diretoria Executiva.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Realizar as reuniões do Conselho de Administração.	Uma reunião ordinária a cada quatro meses e extraordinária, a qualquer tempo.	Quatro reuniões ordinárias.	-	Sim	-	-
Realizar reuniões da Diretoria Executiva para análise, aprovações, acompanhamento das atividades e ações de cada Diretoria e, ao mesmo tempo, estabelecimento de novas metas e objetivos.	Uma reunião mensal e extraordinária, a qualquer tempo.	Doze reuniões ordinárias e quinze extraordinárias.	-	Sim	-	-

13. Objetivo:
Instituição do Escritório de Gerenciamento de Projetos.

Ação:
Instituir equipes formadas por vários profissionais do quadro do PARANACIDADE, que auxiliem na formação, desenvolvimento e execução, se for o caso, de assuntos que se tornarão projetos, cujas prioridades serão propostas e definidas na Superintendência Executiva.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Projetos a serem desenvolvidos: a) Inserção do PARANACIDADE ao PACTO GLOBAL da ONU	- Integrar o PARANACIDADE na proposta: que é uma iniciativa desenvolvida pela ONU, com o objetivo de mobilizar a comunidade internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios - Direitos Humanos / Relações de Trabalho / Meio Ambiente / Combate a Corrupção.	Signatário em 07/09/2016.	-	Sim	-	-
a.1) Adesão do PARANACIDADE ao Programa Cidades – braço urbano – do Pacto Global da ONU.	- Promover a adesão ao PROGRAMA CIDADES, e assinar Memorando de Entendimento (MdeE) com Secretariado Internacional do Programa Cidades.	-Adesão em 27/10/2016 - MdeE assinado em 27/10/2016				

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
b) Eficiência Energética	Desenvolver projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica. Executado pela COPEL DIS e regulado pela ANEEL, são ações de eficiência energética realizadas em instalações de uso final de energia elétrica com emissão de Editais de Chamada Pública para projetos de eficiência energética.	-	-	-	-	X
c) Gestão Econômica de Sistemas de Iluminação Pública - IP.	-Produzir conhecimento cientifico sobre esse assunto, a ser transmitido aos Municípios que realizam as atividades de gestão do sistema de iluminação pública. - Instrumentalizar teórica e tecnicamente a Administração Municipal com o conteúdo necessário para a adequada administração, operação e manutenção e posteriormente a expansão do sistema de IP. Abrange também a institucionalização, implantação e implementação ou revisão da modalidade tributária "Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - Cosip".	- Desen-volvimento do pré-projeto.	-	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
d) HACKATHON	O objetivo do evento é uma maratona de desenvolvimento, onde com resultado se obtém ideias de projetos para os temas abordados. É um incentivo ao empreendedorismo. TEMA1: Transparência na fiscalização de obras públicas. TEMA2: Identificação de origem-destino no transporte público. 2º Hackaton – Cidades Inteligentes para 2017.	Evento ocorrido de 07 a 09 de out.de 2016. -	6.831,20 -	Sim -	- Sim	- -
e) Gestão de Pessoal	- Melhorar a política de gestão de pessoal, com qualificações voltadas para atividades comerciais, eficiência do controle de horário e clima organizacionais. Abordar: a) qualificação voltada para uma área específica (comercial) /atualizações /abordagem sobre o PARANACIDADE nos dias atuais; b) jornada de trabalho (melhorar e ou estabelecer novos métodos capazes de melhorar a eficiência do controle, incluindo os períodos de viagem a serviço e a revisão de políticas tais como o horário móvel); c) implantar ações voltadas ao melhoramento do clima organizacional, centralizando o empregado face aos objetivos almejadas pela Entidade.	- Realizadas reuniões. Possibilidade de divisão do Grupo para atender melhor e alcançar o resultado. As ações da alínea "a" já cronogramadas e em fase de implantação. - Em fase de conclusão - proposta para implantar Banco de Horas.	*5.000,00	-	Sim	-

*Valor gasto com esta ação em 2016.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
f) Regulamento Operacional Geral - ROG do SFM	Revisão do Regulamento. Trata-se de Manual que estabelece as regras que regerão o Sistema, assim como seus objetivos e programas, as relações entre as entidades participantes, os critérios de elegibilidade das mesmas e dos projetos, e os respectivos critérios de análise e condições de financiamento.	Revisão concluída.	-	Sim	-	-
g) Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos -PMAT.	Desenvolver e implementar uma metodologia para facilitar a adesão dos municípios paranaenses no PMAT/BNDES. Estabelecer projetos padrão dentro das ações financiáveis do Programa, auxiliando os municípios com relação ao diagnóstico das áreas institucionais, elaboração de termos de referência, criação de indicadores e demais documentos exigidos para aprovação do Programa.	– Realizada reunião com o BRDE para conhecimento das regras e metodologias do PMAT. - Próxima etapa: estabeleci-mento dos projetos e termos de referência.	-	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
h) Núcleos Municipais de Planejamento e Indicadores de Desenvolvimento Urbano.	Estimular a criação e fortalecimento de setores específicos das administrações municipais voltadas às atividades de planejamento, em especial na área de desenvolvimento urbano, por meio da promoção da capacitação de seus integrantes e da utilização de indicadores de forma a subsidiar a processo de formulação e implementação de políticas públicas territoriais.	Desenvolvi-mento de metodologia de trabalho (oficina) a ser aplicada em uma proposta “piloto” para 9 municípios da Região Metropolitana de Curitiba.	-	-	Sim	-
i) Capacitação Externa.	Promover ações de capacitação dos gestores, servidores, conselheiros e vereadores municipais visando garantir cidades sustentáveis por meio da melhoria da eficácia e efetividade administrativa, ganhos de produtividade, economicidade, equilíbrio fiscal, transparência, com a implementação de cursos voltados às áreas de obras e serviços públicos, administração municipal, jurídico, planejamento urbano e urbanismo.	- Parceria entre PARANACI-DADE/SEDU e TECPAR EDUCAÇÃO/ SETI, visando capacitação de servidores municipais por meio de ensino à distância (EaD). -Definida programação inicial, com 15 cursos, para início no mês de março/2017.	-	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
j) Programa SEDU/PARANACIDADE INTERATIVO	Prosseguir com a atualização e implantação do Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo. - Implantação na aplicação GIS PARANA INTERATIVO de módulos de planejamento e gestão urbana voltados à identificação de áreas aptas, aptas com restrição ou inaptas para uso e ocupação antrópico urbano e mobilidade urbana, além do cadastro de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos e de dados relativos aos lotes localizados nas áreas urbanas de cerca de 130 municípios.	-Desenvol-vimento e implantação do Sistema concluídos.	-	Sim	-	-
		-Realizadas 06 Reuniões de Capacitação dos responsáveis, nos municípios, pelo Programa SEDU/PARANA CIDADE Interativo.	-	Sim	-	-
		-Cadastramento de informações de interesse público e atualização da base cartográfica do estado para o Programa SEDU/PARANA CIDADE Interativo.	_	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
k) Anticorrupção/ *Compliance*	- Criar, desenvolver e implantar Programa para certificação de cumprimento da legislação da Entidade. -Desenvolvimento de estudos e análise das diferentes demandas apresentadas e examinadas para a definição de uma matriz única, mas não rígida, de um conjunto de atividades voltadas a implantação de um Programa de Compliance. - Após a etapa de identificação e compreensão, a equipe responsável pela implantação do Programa de Compliance, deve estabelecer as atribuições e responsabilidades dos empregados/servidores no cotidiano das atividades fins e meio da empresa/entidade. - A equipe deve desenvolver um plano de ação com o comprometimento da alta administração, que defina prazos, orçamentos e prioridades da implementação do Programa. - O estudo do código de conduta, voltado para os negócios e colaboradores da empresa/entidade, deve ser formulado com o cuidado da utilização de uma linguagem simples e clara, que solidifiquem as expectativas da empresa/entidade quanto ao comportamento de seus colaboradores.	-Realizadas reuniões com a Diretoria Executiva do PARANACIDADE para acompanhamento dos andamentos iniciais de implantação do Programa. - Algumas reuniões com a Equipe da Procuradoria Jurídica para conscientização e desenvolvimento dos trabalhos. - Estabelecidas e ajustadas as primeiras diretrizes de apresentação e treinamento de pessoal, visando a implantação do Programa Anticorrupção.	-	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
l) Capacitação Interna	Identificar as necessidades, carências e/ou deficiências nas atividades/ações/processos desenvolvidos pelas diversas áreas do PARANACIDADE, na consecução de seus objetivos, buscando na sequencia entidades e/ou profissionais que possam oferecer as qualificações respectivas. O resultado é a implantação de "Programa de Treinamento/Qualificação do PARANACIDADE", acompanhamento e ajustes deste ao longo de sua execução.	- Relatório do levantamento de necessidades de treinamento. Apresentação e aprovação para janeiro/2017. - Implantação de Forum para Uniformização para Entendimento sobre Pavimentação Urbana, composto de 07 paineis de discussao. Apresentados 02 deles, com a participação de 58 tecnicos.	-	-	Sim	-
m) Ações de Marketing	Reformular material de apresentação institucional, com criação de novos acessórios como: vídeo institucional, folder de apresentação, apresentação padrão, t*emplate* para ser utilizado na apresentação de trabalhos, reconstrução do site, atendendo as novas prioridades da Entidade, montagem de e-books para posterior divulgação de comunicados oficiais ou e-mail marketing. - Confecção de agendas (agora no formato redoma) com ligação direta com nosso site, criação de uma logomarca de 20 anos para divulgação da data, utilização de nossa frota como forma de divulgação.	- Briefing sobre o vídeo de 20 anos (4 reuniões). -Org. com agências de publicidade dos materiais gráficos. Reuniões na E-Paraná para roteiro, o qual está pronto.	-	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
n) Projeto Padrão: -Projetos arquitetônicos (padronização)	-Elaboração de manual para apresentação de projetos arquitetônicos através de padrões de pranchas de desenhos, cotas, legendas, nomenclatura de arquivos, gravação no banco de dados, representações gráficas	Apresentada minuta DOP e SUPEX, pendente a provação. - Passível de alterações/ modificações.		-	Sim	-
-Correção de projetos (padronização)	- Formatar um modelo de *checklist* para que os técnicos e engenheiros do PARANACIDADE possam seguir um padrão de correção de todos os projetos de arquitetura e engenharia, sendo possível a correção por mais de um profissional com o mesmo critério de avaliação.	É dependente da ação anterior.		-	Sim	-
- Fluxograma de processos de convenio.	Esquematizar sequência de operações dos processos de convênios. Montagem de fluxograma do processo de um convênio, desde o primeiro contato dentro da SEDU até o último trâmite, afim de facilitar a compreensão e rastreabilidade das etapas dos mesmos.	Elaborado esboço do fluxo em agosto de 2016.		-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
o) Revisão dos processos e procedimentos internos.	- Aprimorar e atualizar as ferramentas de gerenciamento das atividades da Empresa, com revisão de procedimentos internos, para enquadramento em certificação ISO. - Necessidade de aprimoramento operacional da ferramenta SAM - através da melhoria dos processos e procedimentos e que possam ser acreditados por sistemas internacionalmente reconhecidos como a ISO 9001/2008. -Revisão dos processos e procedimentos internos com vistas a padronização de rotinas e certificação ISO.	-Por conta de restrições orçamentárias 2016/201, optou-se por não contratar consultoria para orientar o processo de padronização com vistas a implantação da Certificação ISSO 9001/2008. - Os procedimentos internos de análise de projetos, elaboração de pareceres técnicos e jurídicos, acompanhamento/ supervisão e medições de obras estão sendo revistos. O sistema SAM passa por modificações para atender as alterações propostas para tornar os processos mais rápidos e mais seguros. Com alterações de rotinas e padronização de alguns processos busca-se mais eficiência nos procedimentos do PARANACIDADE com vistas a um melhor atendimento aos clientes e mais rapidez na liberação de recursos financeiros, garantindo a empresa maior faturamento.	-	- - -	- Sim Sim	Sim - -

VII - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

1. Objetivo:
Apoio Técnico à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Ação:
Programa RECAP (implementação de obras e serviços de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas).

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras, elaborando medições e pareceres técnicos dos projetos realizados com recursos do Programa RECAP.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras de pavimentação e/ou recapeamento. 01 projeto.	01	235.401,08	45.429,28	Sim	-	-

Ação:
Programa de Auxílio aos Municípios PAM (visa contribuir com o desenvolvimento econômico e na equipamentação das municipalidades conveniadas)

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão, acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Programa de Auxilio aos Municípios PAM.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras. 04 projetos.	02 concluidos.	1.040.900,52	539.847,37	-	*02 em execução	-

*Rosário do Ivaí e Sertanópolis

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do PAM, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2015. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios PAM II (instituído pelo Decreto Estadual 7933/2013, o Plano tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico e na equipamentação das municipalidades do Paraná com população inferior a 50.000 habitantes e contemplados pelo Programa Família Paranaense).

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do PAM II.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras e aquisição de equipamentos. 119 projetos	87 concluidos.	35.223.390,05	15.756.010,34	-	*10 em execução	-

*Em execução" e sem medição em 2016.

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do PAM II, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2016. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Plano de Auxilio aos Municípios (SEDU-fonte 20), o Plano tem como objetivo execução de ações de melhorias dos equipamentos urbanos e dos serviços disponibilizados à população, envolvendo aquisição de bens e a execução de obras na sua área de atuação.

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Plano de Auxilio aos Municípios.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras e aquisição de equipamentos. 169 projetos.	115 concluidos.	90.472.918,75	45.287.840,45	-	*09 em execução	-

*Em execução" e sem medição em 2016.

Ação:
Projeto Calçadas PARANA (fonte 21), o Projeto (instituído pelo Decreto Estadual 10.003/2013), tem por finalidade a implantação e soluções de mobilidade urbana (calçadas) em vias urbanas, em especial nos municípios com menos de 50.000 habitantes.

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Projeto Calçadas Paraná.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras. 13 projetos.	10 concluidos.	3.651.824,28	1.223.163,11	-	03 em execução	-

Ação:
Assessoria Técnica na elaboração de convênios e contratos, relativos a projetos a serem desenvolvidos pelos Municípios e/ou outros executores.

Plano Operacional: Contratos de empréstimos a serem formalizados pela Fomento Paraná (agente financeiro) com os Municípios.

A) Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - [2]SFM

A.1) Análise prévia da documentação relativa as operações de crédito para envio à STN

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	Operações aprovadas na [1]STN.	246.929.202,22	Sim	-	-

A.2) Operações contratadas.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	121 contratos	230.721.273,34	Sim	-	-

Nota 1: A aprovação pela STN do PVL (Pedido de Verificação de Limites) permite a contratação da operação durante o prazo de validade da mesma. A contratação pode ser feita em dois momentos distintos: logo após a aprovação da operação de crédito; ou após autorização de licitação da ação financiada. A escolha do momento é feita de acordo com o comprometimento no cumprimento de prazos e na apresentação de projetos e documentos pelo Município.

Nota 2: SFM – são recursos do FDU que foram capitalizados na FOMENTO PARANA ao longo do tempo. Os recursos hoje se dividem em destaque de capital e amortizações, neste último caso, o retorno dos financiamentos já realizados aos municípios.

2. Objetivo:
Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Plano Operacional 1: Revisão do Regulamento Operacional Geral do SFM.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Pendente a Resolução da SEDU.	Revisado e atualizado o Regulamento.	-	-	Sim	-

Ação:
Desenvolvimento do Programa de Escolas Municipais.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento do [1]Programa Escolas Municipais relativo ao Convênio nº 007/2010, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação – SEED, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e os municípios que a ele aderiram.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Construção de Escolas Municipais. [2]03 projetos.	02 concluídos.	8.300.745,08	3.479.099,91	-	01 em execução.	-

Nota 1: Dos recursos necessários para a execução do objeto do presente convênio, R$ 50.000.000,00 serão oriundos de dotação orçamentária da SEED, não reembolsáveis, dotação orçamentária 4103.12361012.151 – elemento de despesa 4450.5101 – Construção de Edifícios Públicos, fonte 116-SEQ e 145-FUNDEB, e contrapartida dos Municípios em valor estimado em 30% do valor total da obra, a ser obtido por meio de financiamento ou outras fontes de recursos.

Nota 2: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2016, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:

Desenvolvimento do Programa BRDE MUNICÍPIOS.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento do Programa relativo ao Convênio Operacional nº PR 001/12-01- Fundo B (3º Termo Aditivo), celebrado entre o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras. [1]38 projetos	09 concluídos.	49.586.788,17	25.570.244,06	-	29 em execução	-

Nota 1: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2016, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Desenvolvimento do Programa de Infraestrutura de Transporte e Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.

Plano Operacional 1: Implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana, atendendo prioritariamente áreas de baixa renda e contribuindo na promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social, como também para a melhoria da qualidade de vida e também do meio ambiente. Utiliza recursos do FGTS- Fomento Paraná.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obra [1]03 projetos.	02 concluídos.	19.048.599,60	2.593.393,34	-	01 em execução	-

Nota 1: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2016, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Plano Operacional 2: Implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana, atendendo prioritariamente áreas de baixa renda e contribuindo na promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social, como também para a melhoria da qualidade de vida e também do meio ambiente. Utiliza recursos do FGTS- BRDE.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
[1]01 projeto.	-	5.983.128,86	5.311.267,12		01 em execução	-

Nota 1: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2016, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Desenvolvimento do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos Automático - PMAT Automático.

Plano Operacional 1: Propiciar apoio a projetos de investimento da Administração Pública Municipal, voltados à modernização da administração tributária e à melhoria da qualidade do gasto público, visando a proporcionar aos Municípios uma gestão eficiente que gere aumento de receitas e/ou redução do custo unitário dos serviços prestados à coletividade. Utiliza recursos do BNDES.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
[1]01 projeto.	-	2.380.000,00	1.111.809,58	-	01 em execução	-

Nota 1: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2016, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
[1]Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo

Plano Operacional 1: Desenvolvimento, implementação e implantação do Sistema.

Previsto	Realizado	Valor pago em 2016 (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Desenvolvimento, implantação e implementação do Sistema.	Sistema 100% desenvolvido.	-	Sim	-	-
Reuniões de Capacitação dos responsáveis, nos municípios, pelo Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo.	Realizadas 6 reuniões.	-	Sim	-	-
Cadastramento de informações de interesse público e atualização da base cartográfica do estado para o Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo.	-	-	-	Sim	-

Nota 1: As informações/procedimentos relativos a esta ação também são integrantes do Grupo de Trabalho instituído para este fim – GT: Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo.

3. Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional

Ação:
Supervisão, elaboração e implementação de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional 1: Ações referentes a planejamento urbano e regional, considerando as diretrizes e os instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Manutenção de dados de matriz referente à existência de Planos Diretores Municipais e legislação específica vigentes nos 399 municípios do Estado do Paraná.	Manutenção permanente (ano de 2016: 362 municípios com todas as leis aprovadas, 21 municípios com parte das leis aprovadas, 15 municípios com PDMs em elaboração) e 1 município sem PDM.	-	-	-	Sim	-
Acompanhamento de execução, análise e emissão de Pareceres Técnicos sobre Planos Diretores Municipais executados pelos municípios, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria, com recursos próprios ou de outras fontes, para efeito do enquadramento das exigências à Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006.	Atendidos 15 Municípios que elaboram Planos Diretores Municipais, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria, com recursos próprios; (6 municípios concluíram seus PDMs, no ano de 2016 e 15 Municípios continuam a elaborá-los).	-	-	-	Sim	-
Verificação dos vértices dos polígonos dos perímetros urbanos dos municípios e manutenção de arquivos dos mesmos.	-	-	-	-	Sim	-

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Elaboração de mapas temáticos com delimitação de áreas de estudo, regiões e microrregiões urbanas e identificação de hierarquia funcional de vias urbanas de 36 municípios com maiores populações urbanas do Estado.	86% realizado (elaborados 31 municípios, faltam 5 municípios)	-		-	Sim	-
Acompanhamento pós relatoria de Planos Diretores Municipais junto ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT.	71% realizado (5 Planos aprovados no COLIT, faltando a aprovação de 2 Planos – Antonina e Morretes). No ano de 2016, foi aprovado o PDM de Pontal do Paraná.	-	-	-	Sim	-
Pesquisas e elaboração de mapas e textos visando mapa síntese de áreas com aptidão à urbanização a partir de limitações ambientais e antrópicas (áreas aptas, áreas aptas com restrições e áreas inaptas)	Realizado projeto piloto em 3 municípios (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná).	-	-	-	Sim	-
Participação na Campanha Plano Diretor Participativo, lançada pelo Ministério das Cidades, disponibilizando e fazendo a manutenção da lista de conversação.	Manutenção permanente: lista de conversação viabilizada a partir da Campanha.	-	-	-	Sim	-
Elaboração de (i) orientações metodológicas operacionais e (ii) orientações metodológicas técnicas para a revisão de Planos Diretores Municipais.	-	-	-	-	Sim	-

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Concepção de critérios técnicos, observando instrumentos legais, para a definição de diretrizes para Uso e Ocupação do Solo Urbano, como subsídios para a revisão de Planos Diretores Municipais.	-	-	-	-	Sim	-
Participação em Grupo de Trabalho para acompanhamento da elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS Litoral, junto à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL.	-	-	-	-	Sim	-
Participação em Grupo de Trabalho para implementação do Estatuto da Metrópole.	-	-	-	-	Sim	-
Reuniões Técnicas para orientação aos municípios sobre Plano Diretor Municipal e Parcelamento do Solo para fins Urbanos	Realizadas 10 Reuniões Técnicas (Curitiba, Maringá, Ponta Grossa, Londrina e Cascavel) – duas RTs em cada ER.	-	-	Sim	-	-
Preparação de conteúdo legal e técnico para Reuniões Técnicas sobre Plano Diretor Municipal e Perímetros Urbanos	-	-	-	-	Sim	-

Ação: Treinamento e preparação de profissionais de Prefeituras para melhoramento da gestão na área tributária municipal.

Plano Operacional: Estruturação, montagem e realização de cursos/ reuniões técnicas para aperfeiçoamento dos recursos humanos das Prefeituras.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Reuniões Técnicas para orientação aos municípios na revisão de Código Tributário Municipal.	06 Reuniões Técnicas.	-	-	Sim		-
Orientação Técnica para os municípios no lançamento e cobrança de Contribuição de Melhoria.	102 Orientações Técnicas.	-	-	-	Sim	-
Reuniões Técnicas para orientação aos municípios na cobrança da Contribuição de Melhoria	04 Reuniões Técnicas.	-	-	Sim	-	-
Orientação Técnica – Tributos Locais (Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Imposto sobre Serviços – ISS, Taxas de Poder de Polícia – TPP, Taxas de Serviços Públicos – TSP, Contribuição Serviço de Iluminação Pública – COSIP)	66 Orientações Técnicas.	-	-	-	Sim	-
Parceria entre PARANACIDADE/SEDU e TECPAR EDUCAÇÃO/SETI visando [1]capacitação de servidores municipais por meio de ensino à distância (EaD).	Definida programação inicial, com 15 cursos, para início no mês de março/2017.	-	-	-	Sim	-

Nota 1: As informações/procedimentos relativos a esta ação também são integrantes do Grupo de Trabalho instituído para este fim – GT: Capacitação Externa.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Reuniões Técnicas para orientação aos municípios sobre Otimização da Receita Municipal: O Cadastro Técnico Multifinalitário Georreferenciado	Realizadas 01 Reunião Técnica (Curitiba).	-	-	-	Sim	-
Análise e Revisão de Código Tributário Municipal	Realizadas 07 análises.	-	-	Sim	-	-

Ação: Desenvolver ações e Planos que contribuam para a melhoria e fortalecimento da gestão municipal.

Plano Operacional 1: Elaboração de um Plano de Monitoramento de Projetos Urbanos.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Relatório de Avaliação das etapas.	-	-	-	-	[1]Sim	-

Nota 1: Não iniciadas, aguardando a assinatura do contrato do Programa Paraná Urbano III – PPU III.

Plano Operacional 2: Elaboração de um Plano de Fortalecimento Institucional de Municípios.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Aplicação do Manual Diagnóstico Institucional.	-	-	-	-	[1]Sim	-
Relatório de Avaliação dos Municípios participantes.	-	-	-	-	[1]Sim	-
Definição de projetos institucionais a serem implementados pelos Municípios.	-	-	-	-	[1]Sim	-

Nota 1: Não iniciadas, aguardando a assinatura do contrato do Programa Paraná Urbano III – PPU III.

4. Objetivo:
Apoio, Análise e Assistência Jurídica aos Municípios.

Ação:
Assessorar, analisar e emitir pareceres em processos licitatórios, termos aditivos e demais questões que envolvam a concessão de empréstimos e/ou subempréstimos.

Plano Operacional 1: Orientação e análise técnica jurídica nos processos licitatórios e termos aditivos de contratos de projetos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios - SFM, emitindo os respectivos pareceres.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Analisar e emitir pareceres jurídicos aos processos licitatórios referentes a projetos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM/FDU/ Renda Líquida/ Programa RECAP.	Emitidos 541 pareceres em aditivos. Emitidos 433 pareceres em licitações	-	-	Sim	-	-

5. Objetivo:
Apoio e elaboração de documentos licitatórios para implementar investimentos e desenvolvimento institucional.

Ação:
Elaboração de Editais de Licitação.

Plano Operacional 1: Elaboração de documentos licitatórios na área de Investimentos em Infraestrutura Básica Municipal do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM e demais Programas desenvolvidos pelo PARANACIDADE.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Elaborar editais de licitação, conforme modelos na área de Investimentos em Infraestrutura Básica Municipal e demais Programas, para fornecimento aos municípios.	Elaborados 384 editais.	-	-	Sim	-	-

6. Objetivo:
Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:
Realizar as análises, medições, acompanhamento, recebimento e monitoramento de atividades (obras e bens) voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional 1: Efetuar análise, supervisão, acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Barracão Industrial II (03)	02	3.533.404,75	1.770.529,74	-	01	-
Campo de Futebol (03)	00	914.813,23	292.603,80	-	03	-
Capela Mortuária (07)	04	1.930.959,77	1.175.171,20	-	03	-
Cemitério (02)	02	468.741,66	454.968,90	Sim	-	-
Centro Comunitário (01)	00	494.516,39	-	-	01	-
Centro Cultural (01)	00	363.472,41	-	-	01	-
Centro de Convivência de Idosos (01)	01	764.473,09	764.473,09	Sim	-	-
Ciclovia (03)	03	1.116.396,69	688.398,35	Sim	-	-
Complexo Esportivo (01)	00	3.225.255,86	-	-	01	-
Controle da Erosão (01)	01	1.002.869,48	1.002.869,48	Sim	-	-
Drenagem Urbana (02)	02	2.312.782,96	1.910.834,88	Sim	-	-
Equipamentos Rodoviários (78)	78	29.299.250,00	29.299.250,00	Sim	-	-
Escola Municipal (06)	03	5.744.190,05	2.128.900,14	-	03	-
Estádio Municipal (01)	00	273.115,32	76.282,58	-	01	-
Estrada Vicinal Municipal (05)	05	7.885.711,35	6.910.287,88	Sim	-	-

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Garagem para Equipamentos (03)	02	1.821.127,54	494.500,00	-	01	-
Ginásio de Esportes (09)	06	17.059.057,00	2.739.698,64	-	03	-
Hospital (01)	01	629.622,80	527.931,06	Sim	-	-
Iluminação Pública (02)	02	577.966,64	350.277,36	Sim	-	-
Microssistema de Abastecimento de Agua (01)	00	452.962,17	-	-	01	-
Paço Municipal (05)	03	5.514.132,85	2.924.293,71	-	02	-
Parque Municipal (01)	01	422.744,56	72.096,75	Sim	-	-
Parques e Áreas Verdes (02)	01	2.098.451,98	1.081.939,31	-	01	-
Pavimentação de Vias Urbanas (309)	185	487.939.024,22	286.246.985,14	-	124	-
Ponte (01)	00	2.868.804,86	2.527.931,36	-	01	-
Posto de Saúde (03)	01	5.328.800,21	1.991.933,60	-	02	-
Praça (10)	05	7.767.577,71	3.629.068,24	-	05	-
Quadra de Esportes (06)	00	1.683.196,84	494.200,70	-	06	-
Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (01)	00	1.349.074,15	1.013.977,15	-	01	-

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2016 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Terminal Rodoviário Intermunicipal (02)	01	3.291.015,64	804.512,39	-	01	-
Terminal Rodoviário Urbano (02)	00	17.035.964,07	4.061.291,58	-	02	-
Terreno para Aeroporto (Munic. Londrina) (16)	16	9.223.630,00	9.223.630,00	Sim	-	-
Terreno para Área Industrial (01)	01	2.000.000,00	2.000.000,00	Sim	-	-
Terreno para Conjunto Habitacional (01)	01	2.755.403,80	2.755.403,80	Sim	-	-
Urbanização Calçada (11)	04	20.078.415,00	10.302.767,14	-	07	-
Veículo para Saúde (04)	04	849.000,00	849.000,00	Sim	-	-
Veículo para Transporte Escolar (02)	02	1.838.000,00	1.838.000,00	Sim	-	-
Total: 508	337	651.913.925,05	382.404.007,97	171 em execução		

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos financiados com recursos do SFM, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2016. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Plano Operacional 2: Efetuar análise e aprovação de projetos, e respectivas alterações, a serem realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM e demais Programas desenvolvidos pelo PARANACIDADE.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Análise e aprovação de projetos.	Projetos em fase de análise (status: cadastrados e em análise) Total: 01 01 Paraná Urbano.	-	-	Sim	-
	Projetos aprovados (status: analisados e lote montado) Total: 339 158 do PPU 03 PROMAP II 07 BRDE MAIS MUNICIPIOS 01 PROJETO CALÇADAS PARANA 28 PAM II 139 AUXÍLIO MUNICÍPIOS – SEDU 01 PROGRAMA DE AUX. AOS MUNICIPIOS 01 CENTROS DE SAUDE DE ATENDIMENTO INTEG.MULHER/CRI 01 PROTRANSPORTE/FGTS Fomento Paraná	-	Sim	-	-

7. Objetivo:

Apoio na elaboração do Programa Paraná Urbano III.

Ação:

Preparação de documentos que comporão o PPU III.

Plano Operacional 1: Preparação da documentação técnica visando a [1]contratação da operação de crédito externo junto ao BID.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Documentos iniciais restantes: a) Proposta de Desenvolvimento de Operação b) Contratação	Proposta de Desenvolvimento de Operação aprovada em dezembro/2014.	-	-	[1,2]Sim	-

Nota 1: A contratação do PPU III continua postergada.
Nota 2: A contratação depende de: aprovação da capacidade de endividamento do estado pela Secretaria do Tesouro Nacional; e aprovação do Programa pelo Senado.

VIII – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

NOTA: Os valores apresentados nas ações operacionais referem-se aos medidos, ou seja, serviços que foram executados de acordo com o contratado, no entanto, podem divergir dos valores efetivamente pagos, pois estes para se concretizarem são dependentes do cumprimento de outros critérios, como por exemplo certidões negativas.

Os aspectos orçamentários, financeiros e contábeis do PARANACIDADE/FDU, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016 estão adiante apresentados nos seguintes documentos:

I - Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

II - Demonstrativos Orçamentários FDU

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

III - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos PARANACIDADE

IV - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos FDU

V - Demonstrações Contábeis – do Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações de Resultado;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras;

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS PARANACIDADE**

COMPARATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2016

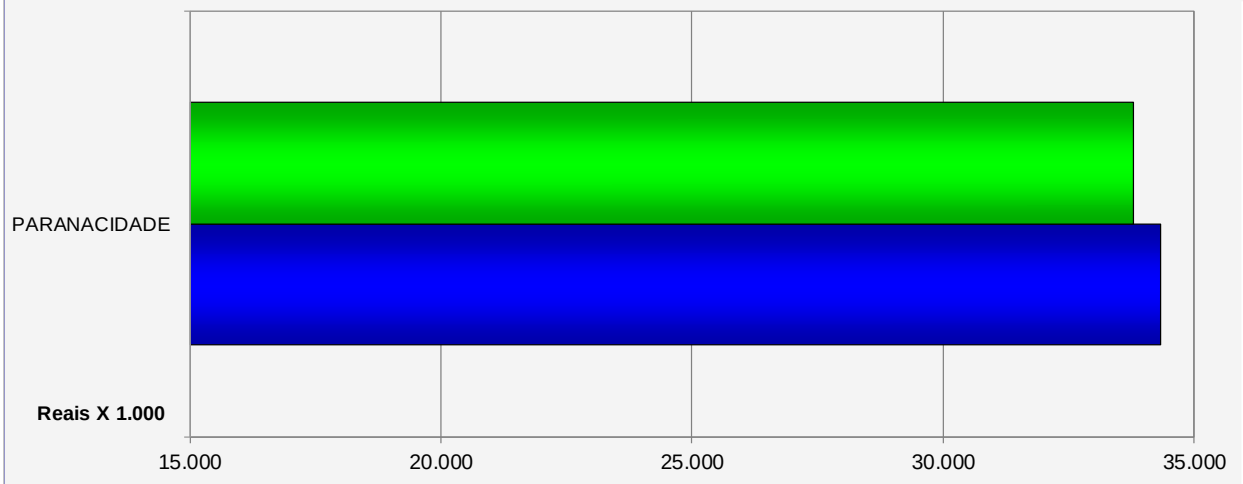
R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

PARANACIDADE		ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
MANUTENÇÃO	Pessoal	29.360.400	30.502.905	-1.142.505	103,89
	Custeio	2.986.256	2.962.016	24.240	99,19
	Investimentos	1.445.573	882.007	563.566	61,01
TOTAL - PARANACIDADE		**(*) 33.792.229**	**34.346.928**	**(554.699)**	**101,64**

(*) Aprovado na 141ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



	PARANACIDADE
ORÇADO	33.792
REALIZADO	34.347

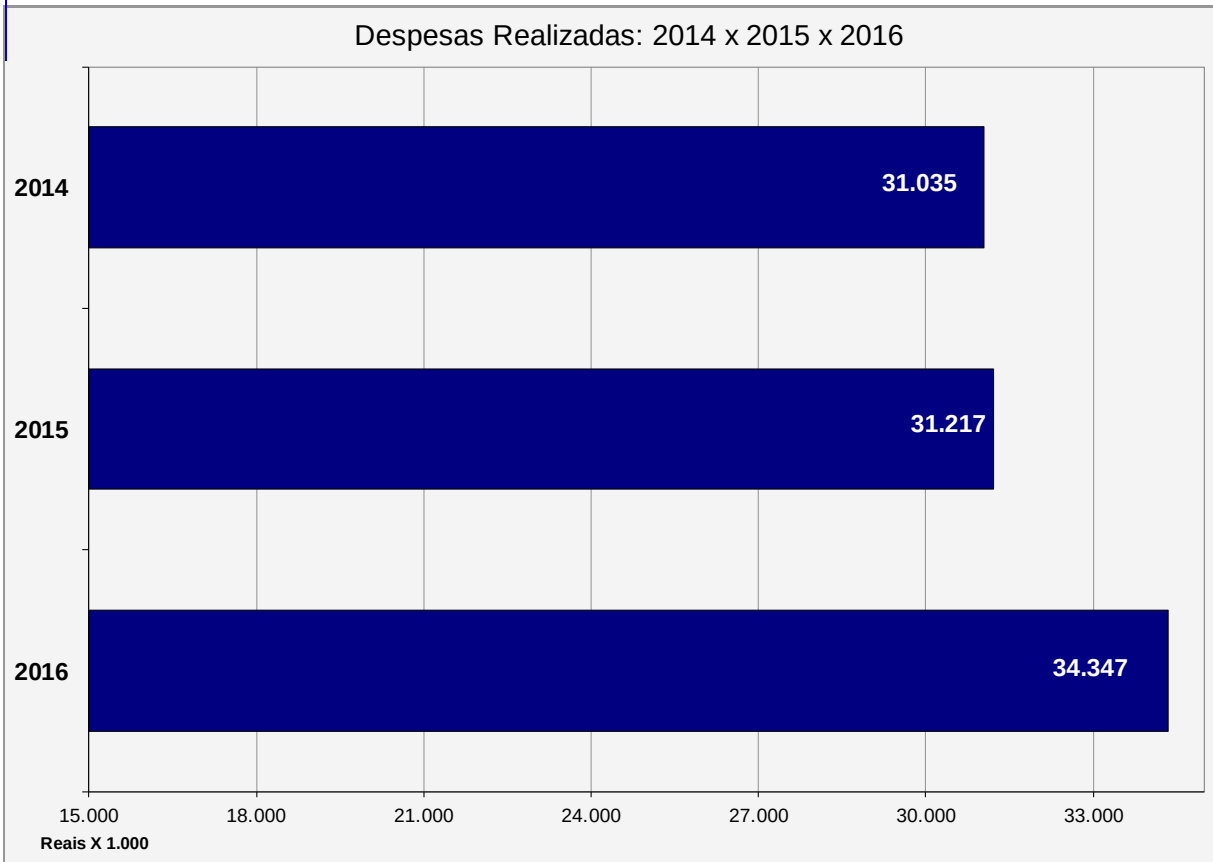
Percentual realizado **101,64%**

COMPARATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS

EXERCÍCIOS 2014 - 2015 - 2016

R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES		Valores Nominais			Variação %	
PARANACIDADE		2014	2015	2016	2015 X 2014	2016 X 2015
MANUTENÇÃO	Pessoal	24.522.156	27.494.810	30.502.905	12,12	10,94
	Custeio	4.035.459	3.254.735	2.962.016	-19,35	-8,99
	Investimento	2.477.626	467.022	882.007	-81,15	88,86
TOTAL - PARANACIDADE		**31.035.241**	**31.216.567**	**34.346.928**	**0,58**	**10,03**



Evolução nos Despesas: 2015 x 2014 = 0,58%
2016 x 2015 = 10,03%

COMPARATIVO DAS RECEITAS NO EXERCÍCIO 2016

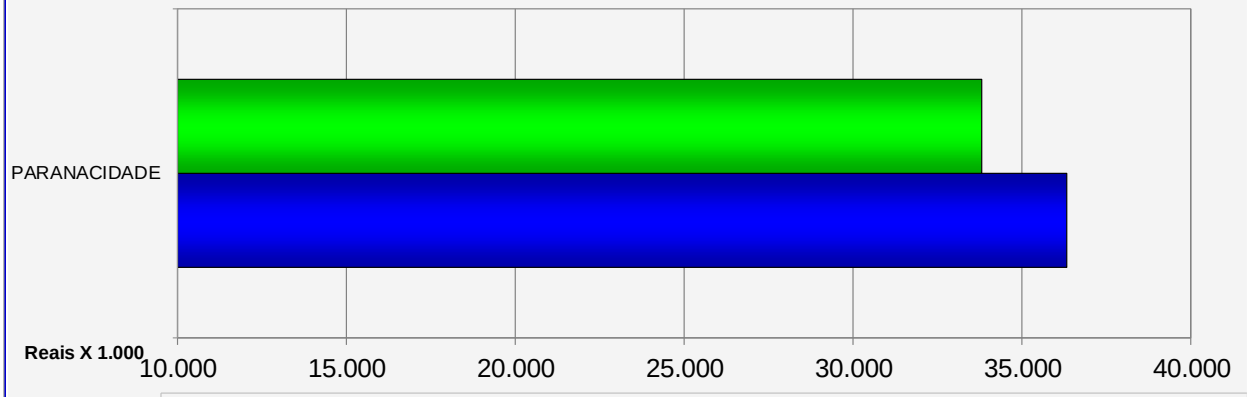
ORÇADO X REALIZADO

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
PARANACIDADE				
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	22.763.000	24.778.663	-2.015.663	108,85
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção do PARANACIDADE	10.372.902	10.877.000	(504.098)	104,86
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	656.327	662.404	(6.077)	100,93
TOTAL	(*) **33.792.229**	**36.318.067**	**(2.525.838)**	**107,47**

(*) Aprovado na 141ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



	PARANACIDADE
ORÇADO	33.792
REALIZADO	36.318

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2016	
	PARANACIDADE (MANUTENÇÃO)	PARANACIDADE (Convênios)
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	5.909.391	12.653.373
TOTAL	**5.909.391**	**12.653.373**

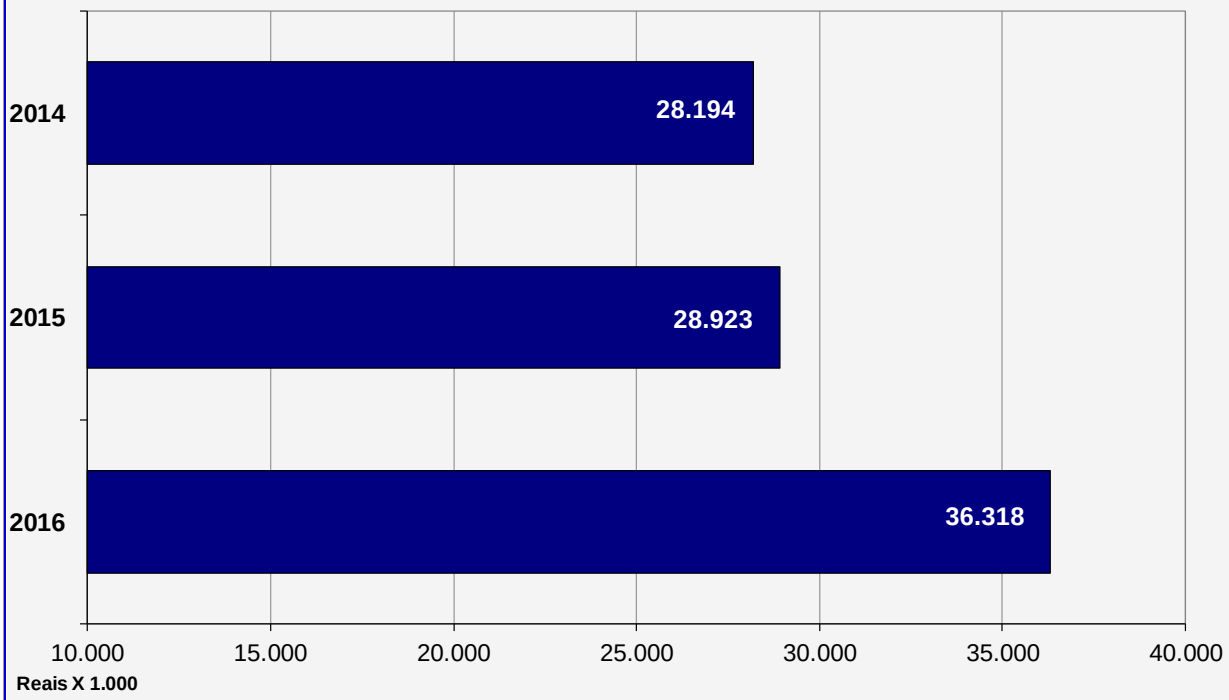
COMPARATIVO DAS RECEITAS

EXERCÍCIOS 2014 - 2015 - 2016

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016	VARIAÇÃO %	
				2015 x 2014	2016 x 2015
PARANACIDADE					
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	11.508.538	13.884.179	24.778.663	20,64	78,47
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção Paranacidade	15.623.000	14.311.000	10.877.000	-8,40	-24,00
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	1.062.627	727.601	662.404	-31,53	-8,96
TOTAL	**28.194.165**	**28.922.780**	**36.318.067**	**2,58**	**25,57**

Total de Receitas: 2014 x 2015 x 2016



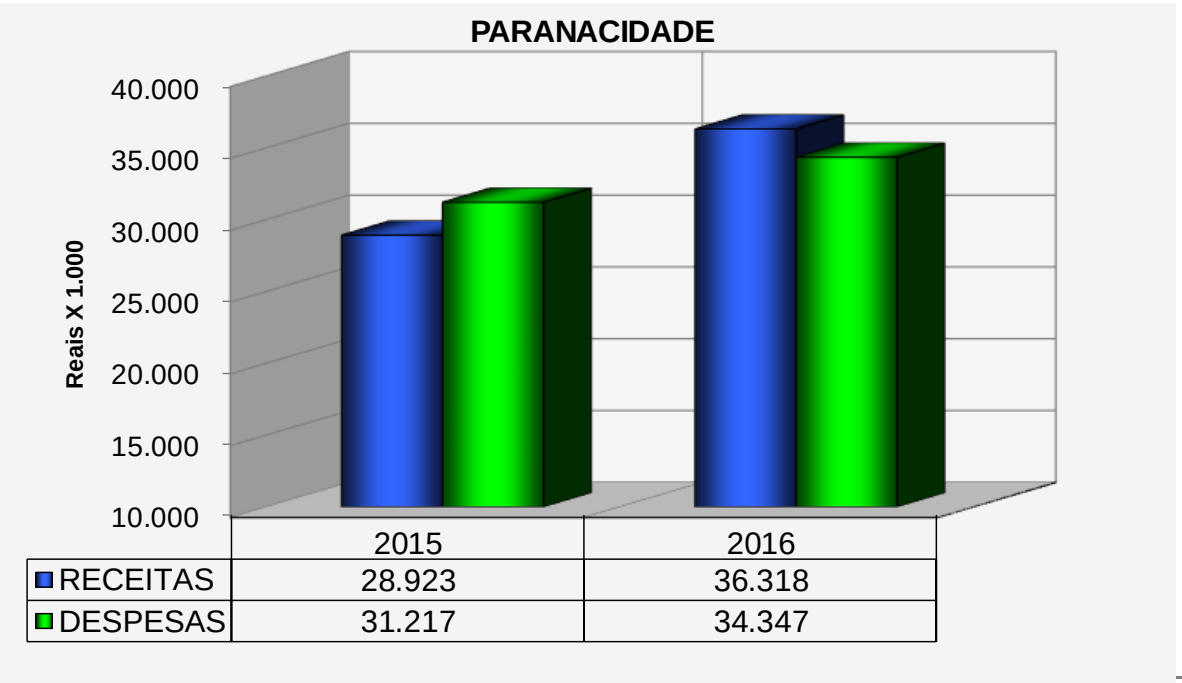
Evolução das Receitas: 2015 x 2014 = 2,58%
2016 x 2015 = 25,57%

COMPARATIVO RECEITAS X DESPESAS

REALIZADO em 2015 e 2016

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	PARANACIDADE		VARIAÇÃO % (2016 x 2015)
	2015	2016	
RECEITAS	28.922.780	36.318.067	25,57
DESPESAS	31.216.567	34.346.928	10,03
DIFERENÇA (Receita - Despesa)	(2.293.787)	1.971.139	-185,93



R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS (MANUTENÇÃO + CONVÊNIOS)		
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	21.828.339	18.562.765
TOTAL	**21.828.339**	**18.562.765**

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS FDU**

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2016

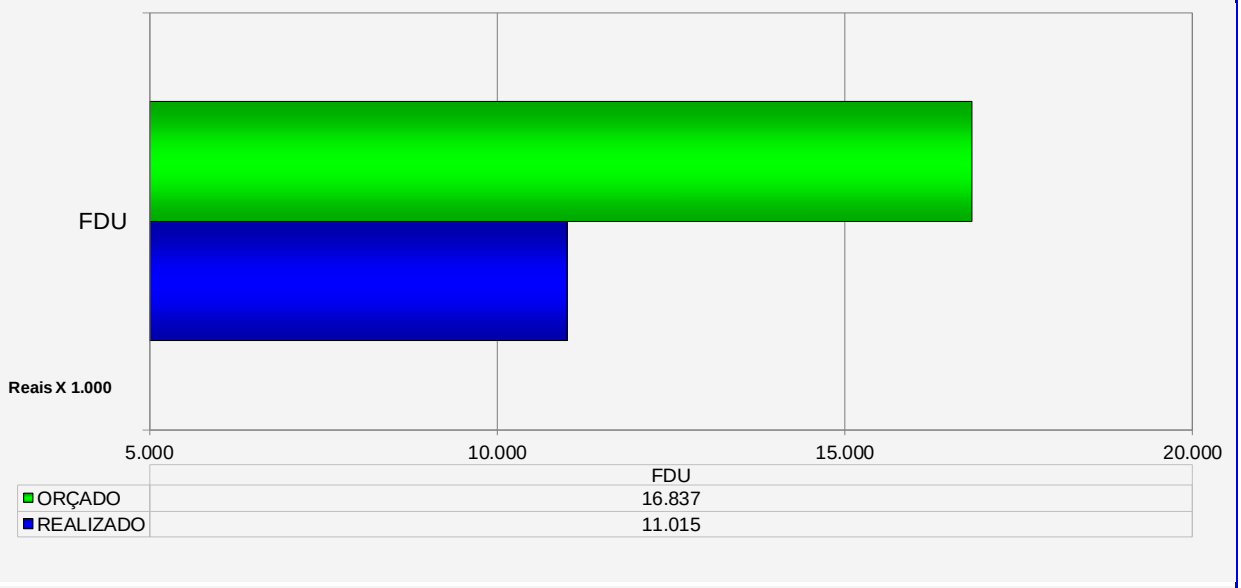
R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU			ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
PROJETOS	FDU	Contrato de Gestão - Manutenção PARANACIDADE	16.694.986	10.877.000	5.817.986	65,15
		.Quadras Cobertas, Posto de Bombeiros Comunitários, Pavimentações Vias Urbanas, Mercado do Peixe,Hospital,Drenagem Urbana, Barracão Industrial e Equipamentos	142.000	138.457	3.543	97,50
TOTAL - FDU			(*) **16.836.986**	(*) **11.015.457**	**5.821.529**	**65,42**

(*) Aprovado na 141ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



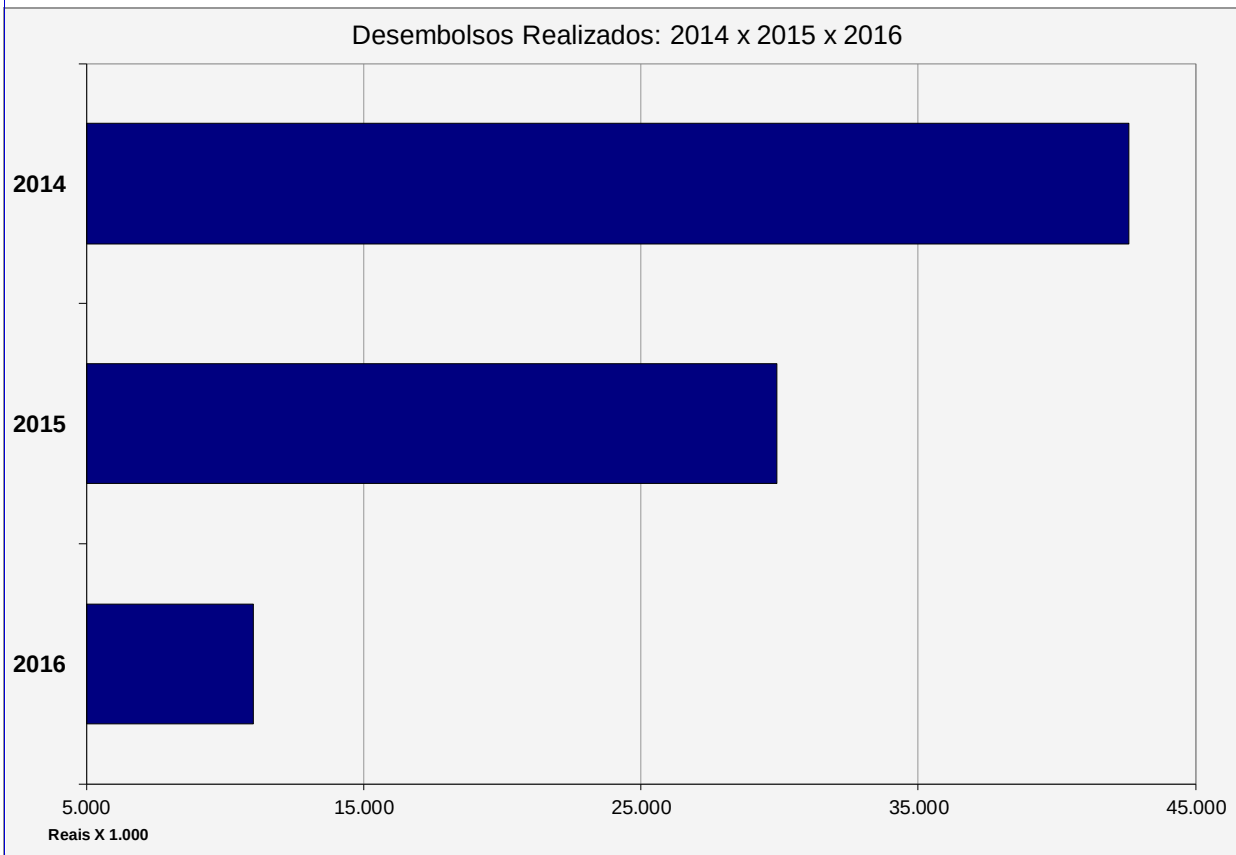
Percentual realizado 65,42%

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS

EXERCÍCIOS 2014 - 2015 - 2016

R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES	Valores Nominais			Variação %	
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU	2014	2015	2016	2015 X 2014	2016 X 2015
Contrato de Gestão - Paranacidade	15.623.000	14.311.000	10.877.000	-8,40	-24,00
Outros Desembolsos	683.015	343.098	138.457	-49,77	-59,65
Transferência à SEFA	20.000.000	5.250.000	-	-73,75	
Empréstimo a COHAPAR	6.300.000	10.000.000	-	58,73	
TOTAL - FDU	**42.606.015**	**29.904.098**	**11.015.457**	**(29,81)**	**(63,16)**



Evolução nos Desembolsos: 2016 x 2015 = -63,16%
2015 x 2014 = -29,81%

COMPARATIVO DAS RECEITAS NO EXERCÍCIO 2016

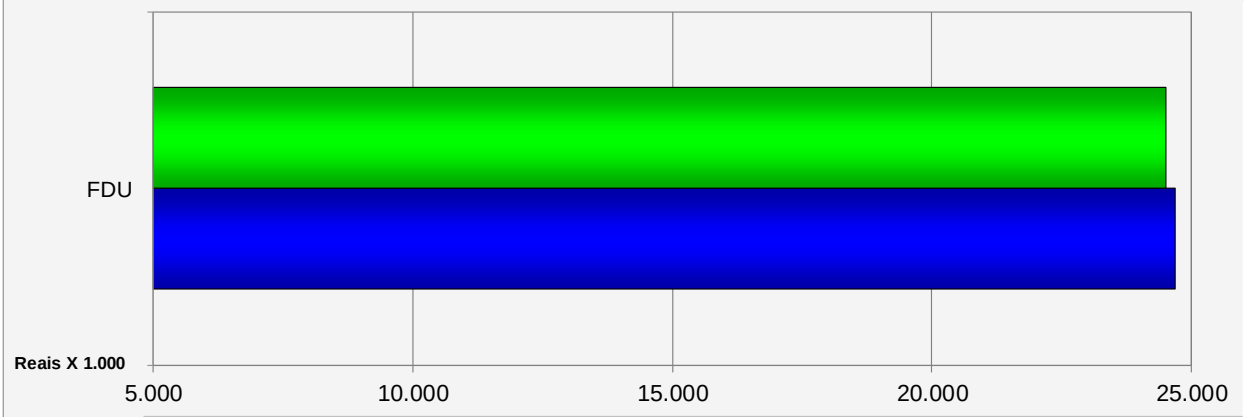
ORÇADO X REALIZADO

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU				
- Rendimentos de aplicações financeiras	7.828.635	8.007.097	-178.462	102,28
- Juros Empréstimo COHAPAR	16.694.986	16.694.986		
TOTAL	(*) **24.523.621**	**24.702.083**	**-178.462**	**100,73**

(*) Aprovado na 141ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



	FDU
ORÇADO	24.524
REALIZADO	24.702

R$ 1,00

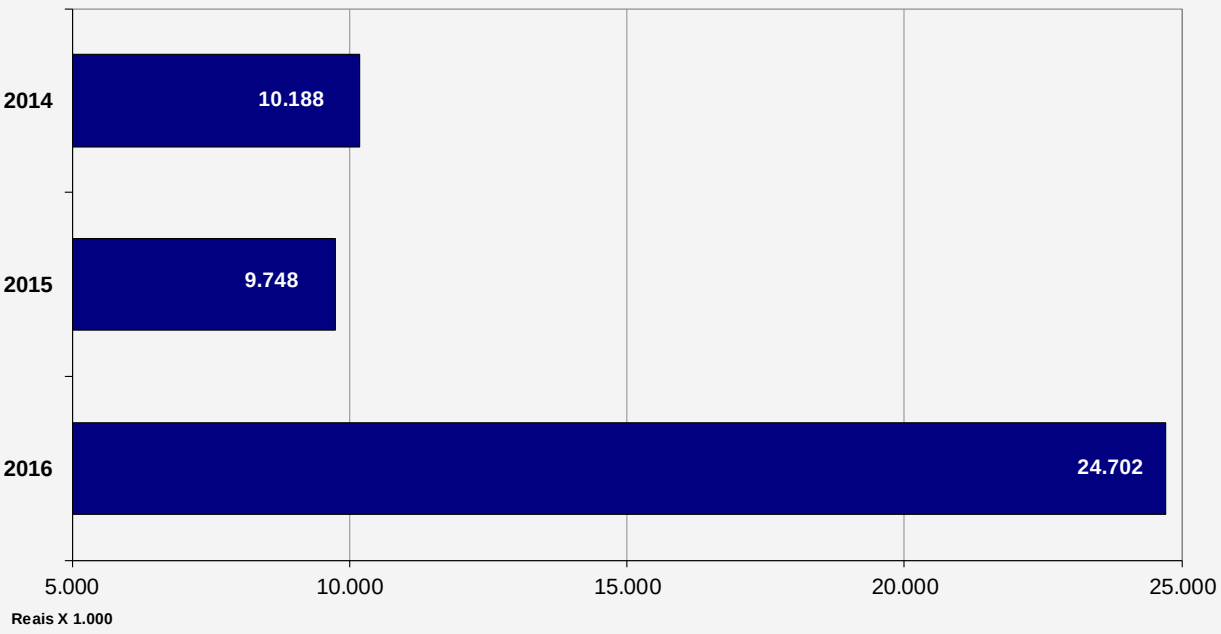
DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2016
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS	
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	67.368.356
TOTAL	**67.368.356**

COMPARATIVO DAS RECEITAS DE RECURSOS

EXERCÍCIOS 2014 - 2015 - 2016

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2014	2015	2016	VARIAÇÃO %	
					2015x 2014	2016 x 2015
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU						
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	10.023.761	7.169.942	8.007.097	-28,47	11,68
- OUTRAS RECEITAS / Juros Empréstimo COHAPAR	-	164.705	2.577.574	16.694.986	1.464,96	547,70
TOTAL		**10.188.466**	**9.747.516**	**24.702.083**	**-4,33**	**153,42**



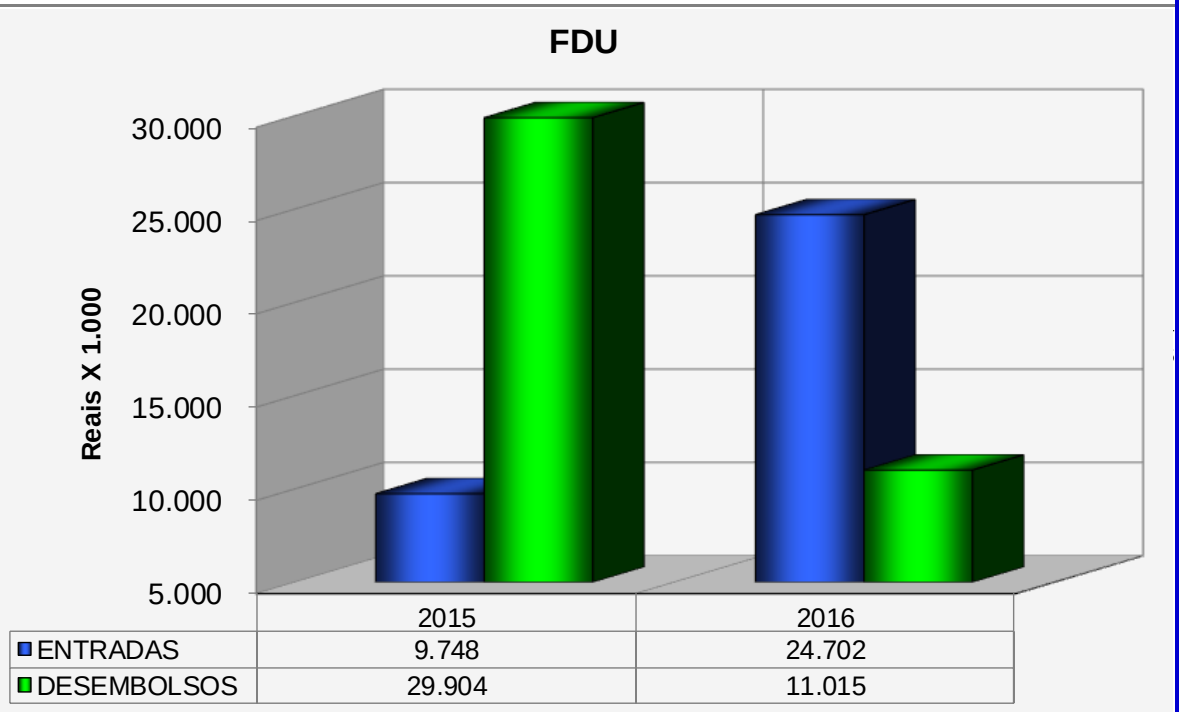
Evolução das Entradas de Recursos: 2016 x 2015 = 153,42%
2015 x 2014 = -4,33%

COMPARATIVO RECEITAS X DESEMBOLSOS

REALIZADOS em 2015 e 2016

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	FDU		VARIAÇÃO % (2015 x 2016)
	2015	2016	
RECEITAS	9.747.516	24.702.083	153,42
DESEMBOLSOS	29.904.098	11.015.457	-63,16
DIFERENÇAS (Entradas - Desembolsos)	-20.156.582	13.686.626	-167,90



R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	53.681.730	67.368.356
TOTAL	**53.681.730**	**67.368.356**

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVO GERENCIAL DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARANACIDADE

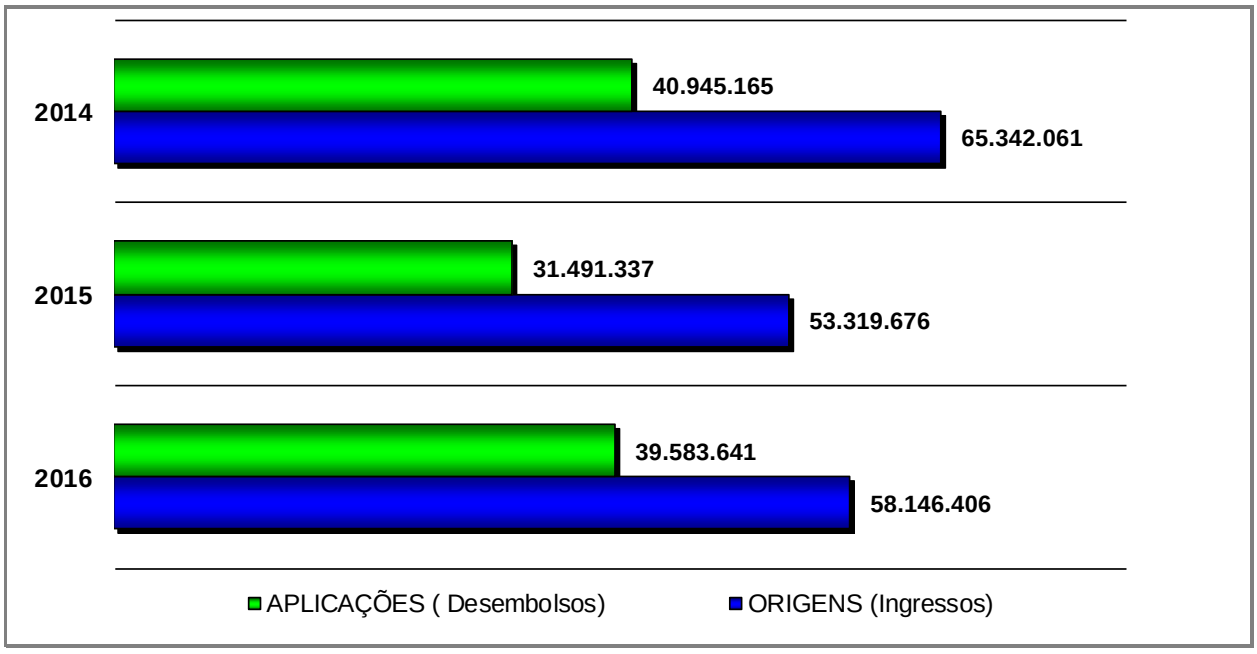
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2016 X 2015 X 2014

Em R$ 1,00

CONTA PARANACIDADE			
AÇÕES ADMINISTRATIVAS	**2015**	**2015**	**2014**
ORIGENS (Ingressos)	**58.146.406**	**53.319.676**	**65.342.061**
. Saldo ano anterior	21.828.339	24.396.896	37.147.896
. Recursos manutenção (C.Gestão)	10.877.000	14.311.000	15.623.000
. Rendas de aplicações financeiras	524.381	619.560	842.816
. Agência de Fomento - SFM/PPU	24.778.663	13.884.179	11.508.538
. Outras Receitas	138.023	108.041	219.811
APLICAÇÕES (Desembolsos)	**39.583.641**	**31.491.337**	**40.945.165**
. Despesas de pessoal	30.502.905	27.494.810	24.522.156
. Despesas de custeio	2.962.016	3.254.735	4.035.459
. Investimentos	882.007	467.022	2.477.626
. Convênios	5.236.713	274.770	9.909.924
SALDO	**18.562.765**	**21.828.339**	**24.396.896**

Nota : Regime de Caixa.

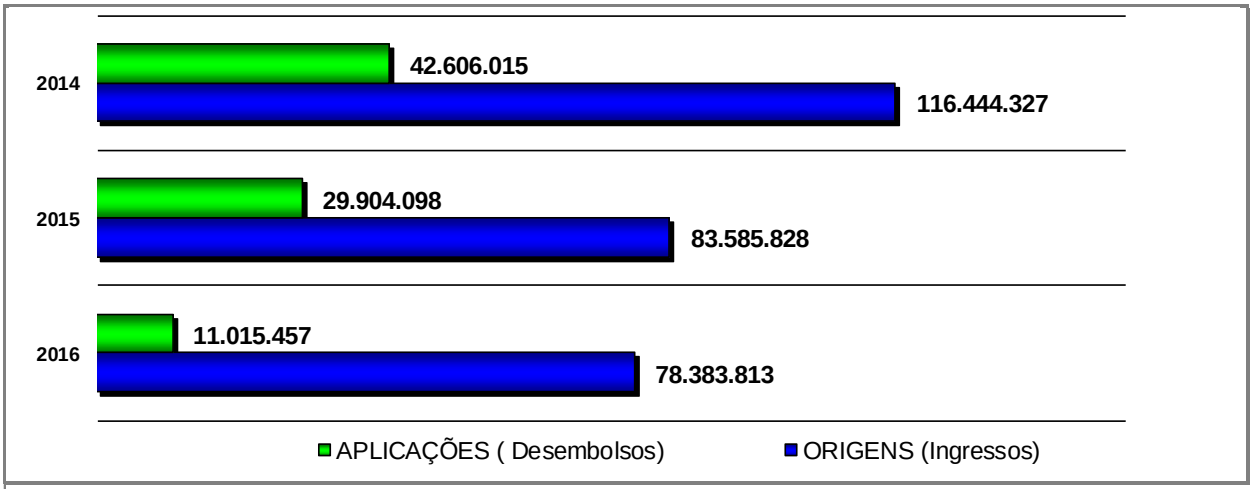


DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2016 X 2015 X 2014

Em R$ 1,00

CONTAS FDU			
AÇÕES OPERACIONAIS	**2016**	**2015**	**2014**
ORIGENS (Ingressos)	**78.383.813**	**83.585.828**	**116.444.327**
. Saldo ano anterior	53.681.730	73.838.312	106.255.861
. Rendas de aplicações financeiras	8.007.097	7.169.942	10.023.761
. Juros Empréstimo COHAPAR (*)	16.694.986	2.577.574	164.705
APLICAÇÕES (Desembolsos)	**11.015.457**	**29.904.098**	**42.606.015**
. Transferência à SEFA	-	5.250.000	20.000.000
. Decreto Renda Líquida	138.457	343.098	536.704
. COHAPAR	-	10.000.000	6.300.000
. Manutenção Paranacidade (C. Gestão)	10.877.000	14.311.000	15.623.000
. PPU III - Pblm Consultoria	-	-	146.311
SALDO	**67.368.356**	**53.681.730**	**73.838.312**

Nota : Regime de Caixa.



* quitação antecipada do contrato.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em R$ mil

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	24	16
Aplicações financeiras (nota 4)	18.539	21.812
Contas a Receber-Ag.Fomento do PR (nota 6)	804	432
Contrato de Gestão FDU	5.230	6.667
Prefeitura Municipal de Piraquara	-	2
Almoxarifado	36	29
Adiantam. a empregados	252	263
Depositos Judiciais	11	211
Outros créditos	370	308
Total do ativo circulante	**25.266**	**29.740**
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado (nota 7)	1.986	1.779
Intangível – (nota 8)	1.923	2.490
Total do ativo não circulante	**3.909**	**4.269**
TOTAL DO ATIVO	**29.175**	**34.009**

PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE		
Fornecedores	386	394
Salários e encargos sociais	720	658
Obrigações sociais e fiscais	534	491
Provisão para férias e encargos	3.092	2.817
Convênio de cooperação técnica (nota 9)	12.653	17.890
Outras contas a pagar	9	9
Total do passivo circulante	**17.394**	**22.259**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 10)		
Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
Superávits acumulados	7.215	7.184
Total do patrimônio líquido	**11.781**	**11.750**
TOTAL DO PASSIVO	**29.175**	**34.009**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas do contrato de gestão (nota 1.a/ nota 5)	9.440	19.228
Receitas do ato conjunto (nota explicativa 1.b)	28.260	14.084
Receitas financeiras	524	620
Outras receitas	113	145
TOTAL DAS RECEITAS	**38.337**	**34.077**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal (nota 11)	(30.897)	(27.856)
Despesas gerais (nota 12)	(1.990)	(1.905)
Utilidades e serviços contratados (nota 13)	(1.935)	(2.010)
Despesas tributárias	(3.484)	(2.263)
TOTAL DAS DESPESAS	**(38.306)**	**(34.034)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**31**	**43**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	4.566	7.141	11.707
Superávit do exercício	-	43	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	4.566	7.184	11.750
Superávit do exercício	-	31	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	4.566	7.215	11.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	2016	2015
Resultado Líquido do Período	31	43
Outros Resultados Abrangentes		
Variações na Reserva de reavaliação	-	-
Ganhos e perdas em planos atuariais em planos de pensão	-	-
Ganhos e perdas derivados de conversão de Demonstrações	-	-
Contábeis de Operações no exterior	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**31**	**43**

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015
Superávit (déficit) do exercício	31	43
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciação e amortização	1.235	1.171
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contrato de gestão	1.437	(4.917)
Contas a receber - AFPR	(372)	1.670
Prefeitura Municipal de Piraquara	2	70
Estoques	(7)	81
Adiantamentos a empregados	5	(54)
Outros créditos	144	(255)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(9)	87
Salários e encargos sociais	46	44
Obrigações fiscais e sociais	44	46
Provisão de férias e encargos	274	277
Outras contas a pagar	18	3
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.848	(1.734)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(876)	(560)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(876)	(560)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Convênio de cooperação técnica	(5.237)	(275)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(5.237)	(275)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(3.265)	(2.569)
No início do exercício	21.828	24.397
No final do exercício	18.563	21.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem como atividades principais:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

a) A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996.

No exercício de 2016 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R$ 9.440 (R$ 19.228 em 2015) a título de Contrato de Gestão.

b) Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 15 de fevereiro de 2006, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a serem processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2016, a Entidade recebeu R$ 28.260 (R$ 14.084 em 2015) por conta desse Ato Conjunto, valores brutos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com à Lei das Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimentos dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINICIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, construção e depreciados pelo método linear com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens conforme descrito na nota nº 7.

Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulante e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serviço Social Autônomo Paranacidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2016	2015
Banco do Brasil	15.756	19.317
Caixa Econômica Federal	2.783	2.495
	18.539	**21.812**

5. CONTRATO DE GESTÃO - FDU

No exercício de 2016 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R$ 9.440 (R$ 19.228 em 2015) a título de Contrato de Gestão.

6. CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

Descrição		2016	2015
Contas a receber Agência de Fomento do Paraná S/A		804	432
ISS s/faturas Agência de Fomento do Paraná S/A	(a)	1.489	1.489
(-)Provisão para realização dos créditos AFPR S/A	(a)	-1.489	-1.489
		804	432

a) O montante de R$ 1.489 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela Agência de Fomento do Paraná S/A ao Paranacidade. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao Paranacidade.

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	2016	2015
Terrenos		210	210
Edificações	4	809	809
Computadores e equip. informática	20	2.368	2.130
Móveis e utensílios	10	1.201	1.190
Veículos	20	2.239	2.268
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	147	147
		7.063	**6.843**
(-) Depreciação acumulada		(5.077)	(5.064)
		1.986	**1.779**

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

8. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	2016	2015
Softwares	20	2.843	2.188
Sistema de telefonia e telemática	20	2.357	2.357
		5.200	**4.545**
(-) Amortização acumulada		(3.277)	(2.055)
		1.923	**2.490**

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 003/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.462	(15.203)	(86)	2.173

B) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 005/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de

Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.256	(16.004)	(82)	1.170

C) Secretaria de Estado da Educação, referente ao Convênio nº 007/2010/SEDU/SEED.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre as secretarias e Municípios na implementação do Programa Escolas Municipais, para a construção de unidades de ensino para atender simultaneamente alunos das redes estadual e municipal em Municípios que apresentam indicadores sociais mais críticos e limitação financeira.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEED	50.000	8.717	(48.950)	(921)	8.846

D) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 7.578/2010-RECAP.

Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranacidade a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEDU	10.700	4.263	(14.080)	(678)	205

E) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 2.174/2011-RECAP 1.

Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranacidade a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEDU	38.682	1.234	(39.593)	(64)	259

Saldo final de Convênios de Cooperação Técnica: A + B + C + D + E = **12.653**.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo resultado apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

11. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2016	2015
Salários e gratificações	15.784	14.875
Encargos sociais	7.005	6.535
Assistência médica e social	791	852
Outras despesas com pessoal	7.317	5.594
	30.897	**27.856**

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

12. DESPESAS GERAIS

Descrição	2016	2015
Depreciações e amortizações	1.235	1.171
Aluguéis	213	249
Material de consumo	46	33
Viagens e representações	247	191
Combustível	127	100
Outras	122	161
	1.990	**1.905**

13. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2016	2015
Telefone e fax	103	113
Serviços de informática	833	906
Propaganda e publicidade	24	17
Higiene e limpeza	548	716
Copa e Cozinha	27	31
Correios	31	27
Manutenção e reparos	158	46
Consultorias	8	50
Auditoria	6	6
Outras despesas	197	98
	1.935	**2.010**

14. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A administração tem ciência que existem aspectos controversos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

15. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranacidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em R$ mil

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e bancos	0	0	Fornecedores	5.245	6.806
Aplicações financeiras (nota 4)	67.368	53.682	Outras contas a pagar	14	32
Secretaria da Fazenda	65.250	65.250			
Contas a receber	9	9	**Total do passivo circulante**	**5.259**	**6.838**
Total do ativo circulante	**132.627**	**118.941**			
			NÃO CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			Provisões para contingências	100	100
Empréstimos (nota 5)	0	15.810	**Total do passivo não circulante**	**100**	**100**
Total do ativo não circulante	**-**	**15.810**			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 6)		
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	48.201	48.201
			Superávit/ Déficit Acumulados	(1.437)	(892)
			Reserva conforme Decreto 5927 de 23/12/05	80.504	80.504
			Total do patrimônio líquido	**127.268**	**127.813**
TOTAL DO ATIVO	**132.627**	**134.751**	**TOTAL DO PASSIVO**	**132.627**	**134.751**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS		
Rendimentos de aplicações Financeiras	8.007	7.170
Resultado financeiro com empréstimos e financiamentos	885	1.942
TOTAL DAS RECEITAS	**8.892**	**9.112**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 7)	3	(343)
Administração – contrato de gestão	(9.440)	(19.228)
Serviços de terceiros	-	-
TOTAL DA DESPESAS	**(9.437)**	**(19.571)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**(545)**	**(10.459)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Reserva Conforme Decreto 5927/05	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	48.201	9.567	80.504	138.272
Déficit do Exercício		(10.459)		(10.459)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	48.201	(892)	80.504	127.813
Déficit do Exercício		(545)		(545)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	48.201	(1.437)	80.504	127.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FDU - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	2016	2015
Resultado Líquido do Período	(545)	(10.459)
Outros Resultados Abrangentes		
Variações na Reserva de reavaliação	-	-
Ganhos e perdas em planos atuariais em planos de pensão	-	-
Ganhos e perdas derivados de conversão de Demonstrações	-	-
Contábeis de Operações no exterior	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**(545)**	**(10.459)**

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2016**	**2015**
Superávit/ Deficit do exercício	(545)	(10.459)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Empréstimos e subempréstimos concedidos	15.810	(9.364)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.561)	4.917
Transferência à SEFA	-	(5.250)
Depósitos de Terceiros	(18)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	13.686	(20.156)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**13.686**	**(20.156)**
No início do exercício	53.682	73.838
No final do exercício	67.368	53.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem os seguintes principais objetivos:

I – promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

II – constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos municípios paranaenses;

III – financiar as intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das municipalidades paranaenses e de agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

IV – contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios;

V – incentivar os municípios paranaenses a participarem da formulação da política de desenvolvimento urbano, regional e institucional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apóia-los.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedada a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementadas pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", de acordo com as taxas pactuadas.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

Passivo Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2016	2015
Banco do Brasil	7.451	7.236
Caixa Econômica Federal	59.917	46.446
	67.368	**53.682**

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Instituição	2016	2015
Cia. De Habitação do Paraná - COHAPAR	0	15.810
	0	**15.810**

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do resultado apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2010 foi transferido à referida Agência o valor de R$ 717.000 de recursos do FDU.

Devido à integralização de capital feita na Agência de Fomento em 2010 (R$ 150.000), a administração do FDU determinou a transferência do saldo da conta de Superávit Acumulados (R$ 62.929) para a conta de Aumento de Capital por Superávits Acumulados.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná ficou inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU que em cada exercício financeiro poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

7. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2016	2015
Decreto 5.927/2005:			
	Bombeiro Comunitário	0	0
	Recuperação Orla Marítima	0	0
	Município Baixo IDH	0	343
	Devoluções de Municípios	-3*	0
		-3	**343**

*Valor devolvido pelo Município de Foz do Iguaçu, orientado pelo TCE.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **AUDITORIA EXTERNA**

NOTA: Os documentos originais relativos à Auditoria Externa estão sob a guarda da Coordenadoria Financeira.



SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CURITIBA - PR

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Capitão Souza Franco, 848 – 5° Andar – conjunto 53
Fone (41) 3029-8516 – Fone (41) 9 9524-1414
E-mail: meloauditor@hotmail.com - http://www.atuarios.com.br – 80730-420 – CURITIBA - PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS DIRETORES E COTISTAS
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CURITIBA - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE,** que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2016** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio liquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE** em **31 de dezembro de 2016**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente auditados por nossa empresa, cujo Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, foi emitida sem ressalva, em de 23 de fevereiro de 2016.

CURITIBA – Pr. 06 DE FEVEREIRO DE 2017

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
CTR CPR 003364/O-0
ALFEU DE MELO
CT CRC PR 003992/O-0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em R$ mil

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	24	16
Aplicações financeiras (nota 4)	18.539	21.812
Contas a Receber-Ag.Fomento do PR (nota 6)	804	432
Contrato de Gestão FDU	5.230	6.667
Prefeitura Municipal de Piraquara	-	2
Almoxarifado	36	29
Adiantam. a empregados	252	263
Depositos Judiciais	11	211
Outros créditos	370	308
Total do ativo circulante	**25.266**	**29.740**
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado (nota 7)	1.986	1.779
Intangível – (nota 8)	1.923	2.490
Total do ativo não circulante	**3.909**	**4.269**
TOTAL DO ATIVO	**29.175**	**34.009**

PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE		
Fornecedores	386	394
Salários e encargos sociais	720	658
Obrigações sociais e fiscais	534	491
Provisão para férias e encargos	3.092	2.817
Convênio de cooperação técnica (nota 9)	12.653	17.890
Outras contas a pagar	9	9
Total do passivo circulante	**17.394**	**22.259**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 10)		
Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
Superávits acumulados	7.215	7.184
Total do patrimônio líquido	**11.781**	**11.750**
TOTAL DO PASSIVO	**29.175**	**34.009**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		Em R$ mil
	2016	**2015**
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas do contrato de gestão (nota 1.a/ nota 5)	9.440	19.228
Receitas do ato conjunto (nota explicativa 1.b)	28.260	14.084
Receitas financeiras	524	620
Outras receitas	113	145
TOTAL DAS RECEITAS	**38.337**	**34.077**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal (nota 11)	(30.897)	(27.856)
Despesas gerais (nota 12)	(1.990)	(1.905)
Utilidades e serviços contratados (nota 13)	(1.935)	(2.010)
Despesas tributárias	(3.484)	(2.263)
TOTAL DAS DESPESAS	**(38.306)**	**(34.034)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**31**	**43**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	4.566	7.141	11.707
Superávit do exercício	-	43	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	4.566	7.184	11.750
Superávit do exercício	-	31	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	4.566	7.215	11.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	2016	2015
Resultado Líquido do Período	31	43
Outros Resultados Abrangentes		
Variações na Reserva de reavaliação	-	-
Ganhos e perdas em planos atuariais em planos de pensão	-	-
Ganhos e perdas derivados de conversão de Demonstrações	-	-
Contábeis de Operações no exterior	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**31**	**43**

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015
Superávit (déficit) do exercício	31	43
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciação e amortização	1.235	1.171
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contrato de gestão	1.437	(4.917)
Contas a receber - AFPR	(372)	1.670
Prefeitura Municipal de Piraquara	2	70
Estoques	(7)	81
Adiantamentos a empregados	5	(54)
Outros créditos	144	(255)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(9)	87
Salários e encargos sociais	46	44
Obrigações fiscais e sociais	44	46
Provisão de férias e encargos	274	277
Outras contas a pagar	18	3
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.848	(1.734)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(876)	(560)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(876)	(560)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Convênio de cooperação técnica	(5.237)	(275)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(5.237)	(275)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(3.265)	(2.569)
No início do exercício	21.828	24.397
No final do exercício	18.563	21.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem como atividades principais:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

a) A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996.

No exercício de 2016 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R$ 9.440 (R$ 19.228 em 2015) a título de Contrato de Gestão.

b) Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 15 de fevereiro de 2006, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a serem processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2016, a Entidade recebeu R$ 28.260 (R$ 14.084 em 2015) por conta desse Ato Conjunto, valores brutos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com à Lei das Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimentos dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINICIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, construção e depreciados pelo método linear com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens conforme descrito na nota nº 7.

Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulante e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serviço Social Autônomo Paranacidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2016	2015
Banco do Brasil	15.756	19.317
Caixa Econômica Federal	2.783	2.495
	18.539	**21.812**

5. CONTRATO DE GESTÃO - FDU

No exercício de 2016 o Paranacidade reconheceu como receita o montante de R$ 9.440 (R$ 19.228 em 2015) a título de Contrato de Gestão.

6. CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

Descrição		2016	2015
Contas a receber Agência de Fomento do Paraná S/A		804	432
ISS s/faturas Agência de Fomento do Paraná S/A	(a)	1.489	1.489
(-)Provisão para realização dos créditos AFPR S/A	(a)	-1.489	-1.489
		804	432

a) O montante de R$ 1.489 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela Agência de Fomento do Paraná S/A ao Paranacidade. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao Paranacidade.

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	2016	2015
Terrenos		210	210
Edificações	4	809	809
Computadores e equip. informática	20	2.368	2.130
Móveis e utensílios	10	1.201	1.190
Veículos	20	2.239	2.268
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	147	147
		7.063	**6.843**
(-) Depreciação acumulada		(5.077)	(5.064)
		1.986	**1.779**

8. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	2016	2015
Softwares	20	2.843	2.188
Sistema de telefonia e telemática	20	2.357	2.357
		5.200	**4.545**
(-) Amortização acumulada		(3.277)	(2.055)
		1.923	**2.490**

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 003/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.462	(15.203)	(86)	2.173

B) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 005/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de

Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	1.256	(16.004)	(82)	1.170

C) Secretaria de Estado da Educação, referente ao Convênio nº 007/2010/SEDU/SEED.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre as secretarias e Municípios na implementação do Programa Escolas Municipais, para a construção de unidades de ensino para atender simultaneamente alunos das redes estadual e municipal em Municípios que apresentam indicadores sociais mais críticos e limitação financeira.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEED	50.000	8.717	(48.950)	(921)	8.846

D) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 7.578/2010-RECAP.

Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranacidade a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEDU	10.700	4.263	(14.080)	(678)	205

E) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 2.174/2011-RECAP 1.

Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranacidade a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEDU	38.682	1.234	(39.593)	(64)	259

Saldo final de Convênios de Cooperação Técnica: A + B + C + D + E = **12.653**.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo resultado apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

11. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2016	2015
Salários e gratificações	15.784	14.875
Encargos sociais	7.005	6.535
Assistência médica e social	791	852
Outras despesas com pessoal	7.317	5.594
	30.897	**27.856**

12. DESPESAS GERAIS

Descrição	2016	2015
Depreciações e amortizações	1.235	1.171
Aluguéis	213	249
Material de consumo	46	33
Viagens e representações	247	191
Combustível	127	100
Outras	122	161
	1.990	**1.905**

13. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2016	2015
Telefone e fax	103	113
Serviços de informática	833	906
Propaganda e publicidade	24	17
Higiene e limpeza	548	716
Copa e Cozinha	27	31
Correios	31	27
Manutenção e reparos	158	46
Consultorias	8	50
Auditoria	6	6
Outras despesas	197	98
	1.935	**2.010**

14. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A administração tem ciência que existem aspectos controversos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

15. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranacidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, 848 - CONJUNTO 53 - Email: meloauditor@hotmail.com - CEP 80730-430 - CURITIBA-PR
FONES (41) 3029-8516 - (41) 9 9524-1414

CURITIBA-PR 06 de fevereiro de 2017

Á ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

CURITIBA-PR

Estamos encaminhando **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁVEIS DA ENTIDADE, CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 2016**, em atendimento ao constante do nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, para fins de uso interno.

Encaminhamos também e para fins de uso externo e publicidade o competente **RELATÓRIO DE OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**, correspondente ao exercício em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião, sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem testes de observância e testes substantivos, e foram observados os princípios das normas brasileiras de contabilidade e normas de auditoria independente das demonstrações contábeis.

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os procedimentos de controle interno, estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento por parte dos funcionários da entidade.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, e, foram divididos em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.

Os procedimentos de auditoria foram realizados através de provas seletivas, testes e amostragens, em razão da complexidade e volume das operações, na amplitude que julgamos necessário nas circunstâncias.

Na aplicação dos testes de observância, efetuamos diversas verificações e conferências, com os cálculos que julgamos necessários, para comprovar as operações.

Na aplicação dos testes substantivos, foi possível comprovar que os direitos e obrigações constantes do balanço patrimonial, encontravam-se exatos na data do encerramento do balanço, as transações efetuadas foram devidamente registradas, sendo que os registros não apresentavam qualquer irregularidade, além do cumprimento das Normas Técnicas de Contabilidade e da legislação pertinente.

Quando da aplicação dos procedimentos de revisão analítica, foi possível comprovar que os procedimentos contábeis da entidade, são confiáveis, funcionando perfeitamente os seus controles internos, sem nenhuma ressalva.

Após todos os testes e estudos efetuados, podemos afirmar que os controles internos da entidade estão em perfeita ordem contábil e legal, sendo desnecessária qualquer ressalva.

Entendemos também, que todas as normas legais em vigor, foram devidamente atendidas durante o exercício auditado, em seus aspectos legais e regulamentares.

Para firmarmos nossa opinião, foram examinados os seguintes documentos:

Balancete Patrimonial de 31/12/2016

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

Análise dos saldos das contas no mesmo período

Outras informações

Após a análise das contas, seus saldos e comparação com os documentos que deram suporte aos lançamentos, concluímos que estão em perfeita ordem e correspondem efetivamente às atividades desenvolvidas no referido período, estando em condições de serem apreciadas e aprovadas pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Atenciosamente,

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 1PR-003364-O-0
ALFEU DE MELO
CT CRC PR 003992-O-0

INDEPENDENCIA DO AUDITOR

Informamos que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e a inexistência de eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, em cumprimento das normas contábeis vigentes.

Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

CONTABILIDADE – SERVIOS INTERNOS

Os serviços de contabilidade são eficientes, com os registros em dia, sem atrasos, além de que todos os lançamentos estão consubstanciados em documento fiscal e legal, na forma da legislação.

Os testes efetuados não detectaram nenhuma irregularidade ou ineficiência.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Foram conferidos os documentos e extratos que comprovam as aplicações financeiras, existentes em 31 de dezembro de 2016, devidamente conciliadas e encontradas em perfeita ordem.

As aplicações financeiras estavam aplicadas no Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal.

CONTAS A RECEBER

O valor a ser recebido da Agencia de Fomento Paraná S/A., foi devidamente conferido e encontra-se em ordem.

CONTRATOS DE GESTÃO – FDU

Os valores foram devidamente conferidos em 31/12/2016 e foram encontrados em ordem.

ALMOXARIFADO – ADIANTAMENTOS EMPREGADOS – OUTROS CRÉDITOS

Os valores foram conferidos e os saldos das contas estão em ordem.

IMOBILIZADO

Os bens existentes em 31/12/2016 foram devidamente inventariados e conferidos e achados em ordem.

As depreciações foram realizadas, com as taxas permitidas pela legislação do imposto de renda.

INTANGIVEL

Foram contabilizados as aquisições de Software e Sistema de Telefonia e Telemática, cujos valores estão corretos. Os valores foram depreciados, com a aplicação da taxa de 20%, conforme permitido na legislação.

FORNECEDORES

As contas dos fornecedores foram devidamente conferidas e encontradas em ordem.

SALÁRIOS E ENCARGOS – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS – PROVISÃO PARA FÉRIAS

Os valores foram devidamente provisionados, na forma prevista na legislação, para recolhimento a partir do exercício de 2016.

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Todos os convênios de cooperação técnica firmados pela entidade e que encontram ainda em execução, foram devidamente contabilizados neste conta, cujos saldos correspondem aos lançamentos efetuados.

Em 31 de dezembro de 2016, existiam os seguintes convênios em execução.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 003/2010/SEDU/SESA.
Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**
b) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 005/2010/SEDU/SESA.
Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico. Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**
c) Secretaria de Estado da Educação, referente ao Convênio nº 007/2010/SEDU/SEED.
Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre as secretarias e Municípios na implementação do Programa Escolas Municipais, para a construção de unidades de ensino para atender simultaneamente alunos das redes estadual e municipal em Municípios que apresentam indicadores sociais mais críticos e limitação financeira.
d) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 7.578/2010-RECAP.
Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranacidade a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.
e) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 2.174/2011-RECAP 1.
Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranacidade a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é composto de recursos oriundos do Governo do Estado, acrescido dos Superávit acumulados de diversos exercícios.



FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU - CURITIBA - PR

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Capitão Souza Franco, 848 – 5° Andar – conjunto 53
Fone (41) 3029-8516 – Fone (41) 9 9524-1414
E-mail: meloauditor@hotmail.com - http://www.atuarios.com.br – 80730-420 – CURITIBA - PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS DIRETORES E COTISTAS
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
CURITIBA - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU,** que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2016** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio liquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU** em **31 de dezembro de 2016**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- *Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das* estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente auditados por nossa empresa, cujo Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, foi emitida sem ressalvas, em de 23 de fevereiro de 2016.

CURITIBA – Pr. 06 DE FEVEREIRO DE 2017

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
CTR CPR 003364/O-0
ALFEU DE MELO
CT CRC PR 003992/O-0

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em R$ mil

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e bancos	0	0	Fornecedores	5.245	6.806
Aplicações financeiras (nota 4)	67.368	53.682	Outras contas a pagar	14	32
Secretaria da Fazenda	65.250	65.250			
Contas a receber	9	9	**Total do passivo circulante**	**5.259**	**6.838**
Total do ativo circulante	**132.627**	**118.941**			
			NÃO CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			Provisões para contingências	100	100
Empréstimos (nota 5)	0	15.810	**Total do passivo não circulante**	**100**	**100**
Total do ativo não circulante	**-**	**15.810**			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 6)		
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	48.201	48.201
			Superávit/ Déficit Acumulados	(1.437)	(892)
			Reserva conforme Decreto 5927 de 23/12/05	80.504	80.504
			Total do patrimônio líquido	**127.268**	**127.813**
TOTAL DO ATIVO	**132.627**	**134.751**	**TOTAL DO PASSIVO**	**132.627**	**134.751**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS		
Rendimentos de aplicações Financeiras	8.007	7.170
Resultado financeiro com empréstimos e financiamentos	885	1.942
TOTAL DAS RECEITAS	**8.892**	**9.112**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 7)	3	(343)
Administração – contrato de gestão	(9.440)	(19.228)
Serviços de terceiros	-	-
TOTAL DA DESPESAS	**(9.437)**	**(19.571)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**(545)**	**(10.459)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Reserva Conforme Decreto 5927/05	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	48.201	9.567	80.504	138.272
Déficit do Exercício		(10.459)		(10.459)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	48.201	(892)	80.504	127.813
Déficit do Exercício		(545)		(545)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	48.201	(1.437)	80.504	127.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FDU - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

	2016	2015
Resultado Líquido do Período	(545)	(10.459)
Outros Resultados Abrangentes		
Variações na Reserva de reavaliação	-	-
Ganhos e perdas em planos atuariais em planos de pensão	-	-
Ganhos e perdas derivados de conversão de Demonstrações	-	-
Contábeis de Operações no exterior	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(545)	(10.459)

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2016**	**2015**
Superávit/ Deficit do exercício	(545)	(10.459)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Empréstimos e subempréstimos concedidos	15.810	(9.364)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.561)	4.917
Transferência à SEFA	-	(5.250)
Depósitos de Terceiros	(18)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	13.686	(20.156)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**13.686**	**(20.156)**
No início do exercício	53.682	73.838
No final do exercício	67.368	53.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem os seguintes principais objetivos:

I – promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

II – constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos municípios paranaenses;

III – financiar as intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das municipalidades paranaenses e de agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

IV – contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios;

V – incentivar os municípios paranaenses a participarem da formulação da política de desenvolvimento urbano, regional e institucional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apóia-los.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedada a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementadas pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", de acordo com as taxas pactuadas.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

Passivo Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	2016	2015
Banco do Brasil	7.451	7.236
Caixa Econômica Federal	59.917	46.446
	67.368	**53.682**

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Instituição	2016	2015
Cia. De Habitação do Paraná - COHAPAR	0	15.810
	0	**15.810**

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do resultado apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2010 foi transferido à referida Agência o valor de R$ 717.000 de recursos do FDU.

Devido à integralização de capital feita na Agência de Fomento em 2010 (R$ 150.000), a administração do FDU determinou a transferência do saldo da conta de Superávit Acumulados (R$ 62.929) para a conta de Aumento de Capital por Superávits Acumulados.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná ficou inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU que em cada exercício financeiro poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

7. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2016	2015
Decreto 5.927/2005:			
	Bombeiro Comunitário	0	0
	Recuperação Orla Marítima	0	0
	Município Baixo IDH	0	343
	Devoluções de Municípios	-3*	0
		-3	**343**

*Valor devolvido pelo Município de Foz do Iguaçu, orientado pelo TCE.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, 848 - CONJUNTO 53 - Email: meloauditor@hotmail.com - CEP 80730-430 - CURITIBA-PR
FONES (41) 3029-8516 - (41) 9 9524-1414

CURITIBA-PR. 06 DE FEVEREIRO DE 2017.

Á ADMINISTRAÇÃO

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU

CURITIBA - PR

Estamos encaminhando **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁVEIS DA ENTIDADE, CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 2016**, em atendimento ao constante do nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, para fins de uso interno.

Esclarecemos que o competente **RELATÓRIO DE OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**, em atendimento às normas contábeis vigentes, emitido na mesma data, será o documento a ser divulgado, juntamente com as peças contábeis elaboradas pela administração.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião, sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem testes de observância e testes substantivos, e foram observados os princípios das normas brasileiras de contabilidade e normas de auditoria independente das demonstrações contábeis.

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os procedimentos de controle interno, estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento por parte dos funcionários da entidade.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, e, foram divididos em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.

Os procedimentos de auditoria foram realizados através de provas seletivas, testes e amostragens, em razão da complexidade e volume das operações, na amplitude que julgamos necessário nas circunstâncias.

Na aplicação dos testes de observância, efetuamos diversas verificações e conferências, com os cálculos que julgamos necessários, para comprovar as operações.

Na aplicação dos testes substantivos, foi possível comprovar que os direitos e obrigações constantes do balanço patrimonial, encontravam-se exatos na data do encerramento do balanço, as transações efetuadas foram devidamente registradas, sendo que os registros não apresentavam qualquer irregularidade, além do cumprimento das Normas Técnicas de Contabilidade e da legislação pertinente.

Quando da aplicação dos procedimentos de revisão analítica, foi possível comprovar que os procedimentos contábeis da entidade, são confiáveis, funcionando perfeitamente os seus controles internos, sem nenhuma ressalva.

Após todos os testes e estudos efetuados, podemos afirmar que os controles internos da entidade estão em perfeita ordem contábil e legal, sendo desnecessária qualquer ressalva.

Entendemos também, que todas as normas legais em vigor, foram devidamente atendidas durante o exercício auditado, em seus aspectos legais e regulamentares.

Integram o presente comunicado o seguinte:

Balancete Patrimonial de 31/12/2016

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

Análise dos saldos das contas no mesmo período

Outras informações

Após a análise das contas, seus saldos e comparação com os documentos que deram suporte aos lançamentos, concluímos que estão em perfeita ordem e correspondem efetivamente às atividades desenvolvidas no referido período, estando em condições de serem apreciadas e aprovadas pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Atenciosamente,

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 1PR-003364-O-0
ALFEU DE MELO
CT CRC PR 003992-O-0

INDEPENDENCIA DO AUDITOR

Informamos que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e a inexistência de eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, em cumprimento das normas contábeis vigentes.

Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

CONTABILIDADE – SERVIOS INTERNOS

Os serviços de contabilidade são eficientes, com os registros em dia, sem atrasos, além de que todos os lançamentos estão consubstanciados em documento fiscal e legal, na forma da legislação.

Os testes efetuados não detectaram nenhuma irregularidade ou ineficiência.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Foram conferidos os documentos e extratos que comprovam as aplicações financeiras, existentes em 31 de dezembro de 2016, devidamente conciliadas e encontradas em perfeita ordem.

As aplicações financeiras estavam aplicadas no Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal.

Os valores foram devidamente registrados nas contas bancárias, cujos saldos apresentados conferem com os valores registrados na contabilidade da entidade.

FORNECEDORES

O saldo em 31 de dezembro de 2016 foi devidamente conferido e encontrado em ordem.

NÃO CIRCULANTE - PROVISÃO PARA CONTIGENCIAS

Encontra-se contabilizado nesta conta o valor de R$-100.000,00, como provisão para contingencias.

O valor vem de exercícios anteriores, sendo certo que o valor depositado judicialmente há vários anos, deve estar sendo atualizado monetariamente, representando valor diferente daquele contabilizado.

Recomendamos que se obtenha da Assessoria Jurídica, dados atualizados, inclusive quanto ao valor atual, para fins de registro contábil.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é composto de recursos oriundos do Governo do Estado, acrescido do Superávit acumulados de diversos exercícios, e da reserva conforme decreto 5927 de 23/12/2005.

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DELIBERAÇÃO

Nº 001/2017

O Conselho de Administração do PARANACIDADE, no uso da competência que lhe confere a Lei Estadual Nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e as suas disposições regimentais e tendo em vista a deliberação plenária por ocasião da 143ª Reunião Ordinária realizada em 25 de abril de 2017,

RESOLVE

I. Declarar aprovado o Relatório de Gestão do PARANACIDADE, referente ao exercício de 2016, bem como as "DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS", apresentados pela sua Diretoria Executiva, acompanhados do parecer da MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES;

II. Recomendar à Superintendência da Entidade que encaminhe o referido Relatório de Gestão e suas peças complementares à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para posterior envio à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Tribunal de Contas.

Curitiba, 25 de abril de 2017.

p/ Presidente do Conselho de Administração